

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA  
ISABELLA MARIA BEIL

**A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL E A CARÊNCIA DE MORADIAS NO  
CENTRO DE SÃO PAULO**

SÃO PAULO

DEZEMBRO, 2016

ISABELLA MARIA BEIL

**A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL E A CARÊNCIA DE MORADIAS NO CENTRO  
DE SÃO PAULO**

Trabalho de Graduação Individual II apresentado ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo como requisito para obtenção do título de Bacharel em Geografia, sob orientação do Profº. Dr. Elvio Rodrigues Martins.

SÃO PAULO

DEZEMBRO DE 2016

"De todas as absurdas suposições feitas pela humanidade, nada excede as críticas feitas aos hábitos dos pobres pelos que moram bem, estão bem aquecidos e bem alimentados".

Herman Melville.

## **Resumo**

O presente trabalho possui como temática central a segregação socioespacial , com destaque para a abordagem da carência de moradias no centro da cidade de São Paulo. A segregação é um fenômeno que implica na diferenciação dos espaços vividos dentro de um mesmo contexto; no caso, têm-se que os habitantes de uma mesma São Paulo possuem experiências muito distintas de acordo com o seu poder econômico e político. Dessa forma, a segregação não é apenas residencial, mas refere-se a todo o apanhado de possibilidades existentes na cidade, como sua infraestrutura, transportes, equipamentos culturais e de lazer, escolas, entre outros. Apesar de não se resumir à moradia, essa diferenciação é bastante determinada por ela, como enfatizado pelas pautas dos movimentos dos trabalhadores sem-teto. Assim, o principal objetivo da pesquisa foi compreender como formou-se o espaço urbano de São Paulo, investigando os fatores responsáveis pela notável segregação socioespacial existente. Para isso, elaborou-se um estudo do histórico da formação urbana, iniciando em 1850, quando houveram significativas mudanças jurídicas na forma de tratar a terra no Brasil. Posteriormente, foram analisados os tipos de distribuição espacial que tomaram forma na cidade, mapeando suas principais características. Por último, trabalhou-se com um estudo de caso no distrito de Santa Cecília, dividido em duas frentes: primeiro, analisou-se a situação do distrito, sua relação com o Elevado Costa e Silva e as diferenciações espaciais ocasionadas pela obra. Por último, foram feitos trabalhos de campo na ocupação do Hotel Lorde, no mesmo distrito, apropriado pela Frente de Luta por Moradia (FLM). Dessa maneira, a pesquisa procurou contribuir significativamente na discussão da Geografia, da temática urbana e dos debates sobre o espaço e demais categorias geográficas.

**Palavras-chave:** São Paulo; moradia; Santa Cecília; espaço urbano; segregação socioespacial.

## **Abstract**

This research has as its main theme the socio-spatial segregation, emphasizing the housing shortage in the city center of São Paulo. The segregation is a phenomenon that results in the differentiation of the lived spaces within the same context; In this case, the inhabitants of the same São Paulo have very different experiences according to their economic and political power. In this way, segregation is not only residential, but refers to all the possibilities that exist in the city, as its infrastructure, transportation, cultural and leisure facilities, schools, among others. Although not limited to housing, this differentiation is largely determined by it, as emphasized by the guidelines of homeless movements. Therefore, the main objective of the research was to understand how the urban space of São Paulo was formed, investigating the factors responsible for the remarkable socio-spatial segregation. With this goal, a study of the history of urban formation was elaborated, beginning in 1850, when there were significant juridical changes in the way of treating the land in Brazil. Subsequently, the types of spatial distribution that took shape in the city were analyzed, mapping its main characteristics. Finally, a case study was carried out in the district of Santa Cecilia, divided into two fronts: first, the situation of the district, its connection with the Minhocão and the spatial differentiations caused by the construction were analyzed. Then, two field works were done in the occupation of the Hotel Lorde, in the same district, appropriated by the Frente de Luta por Moradia (FLM). In this way, the research sought to contribute significantly in the discussion of Geography, urban themes and debates about space and other geographic categories.

**Keywords:** São Paulo; housing; Santa Cecília; urban space; socio-spatial segregation.

## **Lista de figuras**

|  |    |
|--|----|
| <b>Figura 1- Esquemas clássicos de segregação residencial.</b> .....   | 37 |
| <b>Figura 2 - Distritos da região central de São Paulo, 2016.....</b>  | 39 |
| <b>Figura 3 - Estrutura espacial de São Paulo segundo Hoyt. ....</b>   | 41 |
| <b>Figura 4 - Mancha urbana de São Paulo - 1905. Extraído de Macedo (1949). ....</b>                               | 57 |
| <b>Figura 5 - Chácaras de Santa Cecília e entornos - 1881. Extraído de Macedo (1949). ....</b>                     | 58 |
| <b>Figura 6 - Perímetro do distrito de Santa Cecília.....</b>  | 59 |
| <b>Figura 7 - Convite de inauguração do Elevado Costa e Silva.....</b>   | 60 |
| <b>Figura 8 - Início da construção do Elevado Costa e Silva.....</b>   | 61 |
| <b>Figura 9 - Vista do Minhocão.....</b>   | 65 |
| <b>Figura 10 - Prédio de alto padrão na rua Itacolomi, lado Higienópolis. ....</b>                                 | 65 |
| <b>Figura 11 - Fachada de mármore de prédio de alto padrão, lado Higienópolis. ....</b>                            | 66 |
| <b>Figura 12 - Estação de metrô Santa Cecília. Isabella Beil, 2016.....</b>  | 66 |
| <b>Figura 13 - Grande empreendimento em frente ao Minhocão.....</b>  | 67 |
| <b>Figura 14 - Antigos galpões fabris, lado oposto à Higienópolis.....</b>   | 67 |
| <b>Figura 15 - Casas antigas abandonadas, lado oposto a Higienópolis.....</b>                                      | 68 |
| <b>Figura 16 - Moradores de rua, lado oposto a Higienópolis.....</b>   | 68 |
| <b>Figura 17 - Moradores de rua na Praça Marechal Deodoro. ....</b>  | 69 |
| <b>Figura 18 - Praça Marechal Deodoro antes da construção do Minhocão. ....</b>                                    | 69 |
| <b>Figura 19 - Cartão postal retratando o Hotel Lord na época de seu auge, na Rua das Palmeiras. ....</b>          | 70 |
| <b>Figura 20 - Fachado do Hotel Lorde, ocupado pela FLM. ....</b>  | 71 |
| <b>Figura 21 - Área comum da ocupação do Hotel Lorde .....</b>   | 71 |
| <b>Figura 22 - Comemoração de conquista do prédio do Hotel Lorde, 2015.....</b>                                    | 82 |
| <b>Figura 23 - Antiga recepção do Hotel, hoje escritório da coordenadora do movimento, Maria do Planalto. ....</b> | 83 |

## **Lista de Mapas**

|   |    |
|---|----|
| <b>Mapa 1 - Taxa de analfabetismo - população com 15 anos ou mais - 2000.....</b> | 43 |
|---|----|

|  |    |
|--|----|
| <b>Mapa 2 - Taxa de analfabetismo - população com 15 anos ou mais - 2010.....</b>            | 44 |
| <b>Mapa 3 - Equipamentos culturais - 2015.....</b>   | 45 |
| <b>Mapa 4 - Equipamentos culturais - 2015 - anamorfose .....</b>                             | 46 |
| <b>Mapa 5 - Leitos Não-SUS das redes estadual, municipal e particular - 2015 .....</b>       | 47 |
| <b>Mapa 6 - Leitos SUS das redes estadual, municipal e particular - 2015. ....</b>           | 47 |
| <b>Mapa 7 - Favelas em São Paulo - 2015 .....</b>  | 49 |
| <b>Mapa 8 - Proporção de favelas em cada distrito frente ao total municipal - 2015 .....</b> | 49 |
| <b>Mapa 9 - Domicílios com renda de até 1/2 salário mínimo.....</b>                          | 51 |
| <b>Mapa 10 - Domicílios com renda entre 1/2 e 1 salário mínimo .....</b>                     | 51 |
| <b>Mapa 11 - Domicílios com renda entre 1 e 2 salários mínimos. ....</b>                     | 52 |
| <b>Mapa 12 - Domicílios com renda entre 2 e 5 salários mínimos. ....</b>                     | 52 |
| <b>Mapa 13 - Domicílios com renda entre 5 e 10 salários mínimos. ....</b>                    | 53 |
| <b>Mapa 14 - Domicílios com renda entre 10 e 20 salários mínimos. ....</b>                   | 53 |
| <b>Mapa 15 - Domicílios com renda maior que 20 salários mínimos. ....</b>                    | 54 |
| <b>Mapa 16 - Percurso do trabalho de campo. ....</b>   | 64 |

## **Sumário**

|   |           |
|---|-----------|
| <b>INTRODUÇÃO .....</b>   | <b>7</b>  |
| <b>1 CIDADE, ESPAÇO URBANO E GEOGRAFIA .....</b>  | <b>9</b>  |
| <b>1.1 O complexo geográfico e as contribuições dos estudos urbanos de Pierre Monbeig..</b> | <b>13</b> |
| <b>1.2.1 A contribuição de Lefebvre para o estudo geográfico.....</b>                       | <b>21</b> |
| <b>2 DESIGUALDADE, ESPAÇOS VAZIOS E O DIREITO À CIDADE .....</b>                            | <b>25</b> |
| <b>2.1 Urbanização e histórico da segregação socioespacial em São Paulo.....</b>            | <b>26</b> |
| <b>2.2 Cidade: para quem? .....</b>   | <b>32</b> |
| <b>2.3 Qual o centro de São Paulo? .....</b>  | <b>39</b> |
| <b>3 A LUTA PELO ESPAÇO URBANO .....</b>  | <b>56</b> |
| <b>3.1 O distrito de Santa Cecília e seus arredores.....</b>                                | <b>56</b> |
| <b>3.1.1 Observações do percurso de campo .....</b>   | <b>65</b> |
| <b>3.2 A ocupação do Hotel Lorde e a atuação urbana.....</b>                                | <b>70</b> |
| <b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>   | <b>85</b> |
| <b>5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>   | <b>88</b> |

## INTRODUÇÃO

O Trabalho de Graduação Individual aqui apresentado teve seu início nas ponderações sobre uma frase muitas vezes proferida pelo professor e orientador desta pesquisa durante as aulas de Geografia Urbana, Elvio Rodrigues: "a cidade é feita por nós, mas não é para nós". A partir dessa sentença e, refletindo sobre questões como o teor da Geografia e o sentido de Espaço, pareceu-me um tanto quanto instigante um entendimento maior sobre as nossas influências na conformação espacial que temos e os mecanismos que fizeram (e fazem) com que haja tanta diferença na vivência urbana de acordo com o posicionamento social, político e econômico dos grupos. Evidentemente, São Paulo é um claro exemplo dessas diferenciações, com seus prédios de alto padrão convivendo com moradias precárias em uma curta distância.

Sendo assim, o objetivo da pesquisa foi compreender como o espaço urbano de São Paulo se constituiu, procurando os fatores responsáveis pela notável segregação socioespacial existente. Como orientação, decidiu-se analisar essa condição sob as luzes da carência habitacional premente no município, destacada pelo movimento dos grupos de moradia. Assim, buscou-se entender o que realmente leva à falta de moradias no centro de São Paulo, quem são essas pessoas que não possuem onde morar e quais as principais características de sua luta.

Para Castells (1983), a questão da moradia é, primordialmente, a questão de sua crise. Crise essa decorrente do tipo de sociedade capitalista, que, em suas bases, não possui intenção alguma de que um bem necessário à qualidade de vida dos indivíduos, como a moradia, esteja realmente acessível a todos; mas que, pelo contrário, pauta seu funcionamento no lucro. Tal lucro, sabe-se, provém de mecanismos perversos, como a especulação imobiliária, que só contribuem para que a problemática urbana se acentue. Além, é claro, do apoio encontrado no Estado, o que permite que o interesse privado faça das cidades o que melhor atende aos seus interesses.

Desse modo, a pesquisa foi pensada em etapas, aqui divididas em capítulos:

1. No primeiro capítulo será abordada a diretriz metodológica do trabalho. Buscando inspirações em Pierre Monbeig e em suas investigações sobre o desenvolvimento das cidades, a estrutura e posteriores etapas do TGI foram apoiadas nas sugestões do autor, principalmente no que se refere ao seu "Estudo Geográfico das Cidades", publicado pela primeira vez em 1941 pela Revista do Arquivo (SP). Também nesse capítulo discute-se a teoria que sustentou

as reflexões durante todo o desenvolvimento do estudo, abordando um pouco das ideias de Henri Lefebvre.

2. O segundo capítulo tratou-se, primeiramente, de uma reconstrução histórica dos fatos ocorridos no Brasil que influenciaram a conformação espacial das cidades tal como é hoje. Assim, iniciando com a Lei de Terras de 1850, passando pelas vilas operárias e cortiços, pretendeu-se contribuir com a compreensão do espaço desigual e segregado atual. Desse modo, seguiu-se versando sobre os modelos de distribuição espacial mais significativos na Geografia, desde as teorias de círculos concêntricos até a configuração marcada pela localização das elites no quadrante sudoeste. A este momento segui-se um mapeamento, com o intuito de ilustrar por meio de alguns elementos, como saúde, educação e renda, a desigualdade latente em São Paulo.

3. Por fim, o capítulo três trata dos trabalhos de campo referentes ao tema. O primeiro consistiu em um percurso pelos arredores do Elevado Costa e Silva, construção marcante na paisagem urbana e que acarretou mudanças consideráveis pelo distrito de Santa Cecília. A segunda parte consistiu em visitações à ocupação do Hotel Lorde por um grupo da Frente de Luta por Moradia (FLM). Objetivou-se conhecer mais sobre o cotidiano do movimento e sua atuação perante à cidade, investigando as correspondências entre teoria e prática.

Nessa perspectiva, espera-se que a pesquisa venha a contribuir com a discussão da temática urbana no escopo da Geografia.

## 1 CIDADE, ESPAÇO URBANO E GEOGRAFIA

"Para o geógrafo a cidade é um ato de posse do solo por um grupo humano".  
(MONBEIG, 1941)

Para quem vive em uma grande cidade atualmente, pensá-la a partir dessa frase de Monbeig parece algo distante da realidade e compreender seu conteúdo e significância parece ainda mais remoto. Quem habita em uma grande cidade não costuma pensar em seu solo, palavra que remete a um sentido um tanto quanto rudimentar, natural e elementar, pois, o que evocamos logicamente, são as casas, os prédios, a estrutura física imediatamente visível, mas não exatamente seu solo. Contudo, em seu artigo intitulado "Estudo Geográfico das Cidades" (1941) Monbeig nos chama a atenção para a pertinência dessa reflexão em pesquisas de Geografia Urbana.

A percepção que se tem dos elementos naturais em uma cidade é mascarada pelo concreto, pela quantidade de luzes, informações visuais, sonoras, entre outros. O concreto pode mascarar o relevo, planificando alguns pontos mais acentuados, pode esconder os rios, retificando-os ou canalizando-os, o barulho dos carros e das pessoas supera o de algum tipo de fauna restante, a flora se mostra tímida, realçada em alguns locais mais do em outros, mas sempre sendo adaptada ao contorno urbano. Assim, o autor aponta que tais elementos naturais e nossa relação com eles, em uma cidade, se manifestam de uma maneira muito mais sutil do que no meio rural, porém, existem vividamente e são fundamentais para o entendimento do núcleo urbano atual.

É inegável a importância que a geomorfologia possui nas pesquisas geográficas. Se nas pesquisas referentes à Geografia Física seu valor é mais explícito, na Geografia Humana, muitas vezes, ela é relegada a segundo plano. Contudo, é preciso reconhecer seu peso, por exemplo, em um estudo de Urbana, afinal, não há como compreender o desenvolvimento de um centro urbano sem reconhecer quais os recursos que tornaram possível essa fixação, como os corpos d'água disponíveis, solo propício ao desenvolvimento de olericulturas, tipologia de formas, entre outros. Como desvencilhar o relevo desse entendimento? Colaborando nessa questão, Ross traz que "o relevo é parte importante do palco, onde o homem, como ser social, pratica o teatro da vida". (2001, p.10). Esse palco compreende uma faixa que Grigoriev

(1968) chamou de "Estrato Geográfico da Terra", e seria a zona que permite a existência do homem como ente biológico e como ser social.

Sendo assim, "negar que o entendimento do relevo não é fundamental para os problemas da expansão dos sítios urbanos, instalação de núcleos de colonização, implantação de pólos entre outros, é negar a própria geografia" (ROSS, 2001, p.18). Sendo o ambiente composto por uma faceta física e biótica e outra sócio-econômica, a Geografia se mostra valiosa com sua capacidade de relacionar essas porções:

nesse domínio, como nos outros, a geografia não consiste em colocar lado a lado um elemento do relevo, um fenômeno climático, uma dado geológico, um aspecto da vegetação e um trecho da história; ela procura compreender de que modo fenômenos isoláveis foram estreitamente ligados uns aos outros pelo jogo de ações e interações(MONBEIG, 1957, p.38).

Viver - e sobreviver - significa sentir e conhecer o espaço ao redor, produzindo interpretações e maneiras de agir conforme estímulos e obstáculos ali presentes. Assim ocorre com uma cidade já constituída, mas ocorre de uma maneira diferenciada em seus primórdios, quando pensa-se nas influências que a geomorfologia pode causar. Há inúmeros episódios que podem ser citados na história, de cidades que prosperaram ou entraram em declínio por conta da presença ou ausência de determinado recurso natural, ou mesmo por conta de um desconhecimento sobre os fenômenos climáticos e meteorológicos. Como não lembrar do exemplo do Egito, destacado nos livros didáticos e até nas literaturas do tema como a "dádiva do Nilo"?

A relação que se dá entre sociedade e natureza é única e cheia de singularidades em cada lugar do globo e em cada tempo histórico. Ratzel e La Blache, apesar de colocados em caminhos díspares por convenções da história da ciência geográfica e por debates que buscavam apenas exaltar uma "escola geográfica" em detrimento da outra, possuem em comum uma preocupação latente em compreender os fenômenos humanos no espaço terrestre, ou ainda, compreender o espaço terrestre de acordo com a sucessão dos fenômenos humanos. Quando afirma que "a Geografia é a ciência dos lugares, não dos homens", La Blache (1954) demonstra acreditar que a verdadeira preocupação do geógrafo deveria ser a Terra; no entanto, coloca o homem como um agente ativo, transformador desse cenário, não devendo jamais ser negligenciado.

Assim, é ingênuo desconsiderar as tendências do meio nas obras humanas. No entanto, ressalta-se que o homem não é passivo ao ponto de deixar que os elementos naturais assinalem o seu destino ou decadência, uma vez que não pode ser desconsiderado o "poder da mão". "É assim que melhor poderemos apreciar a parte que convém atribuir ao homem como fator geográfico. Ele é, ao mesmo tempo, ativo e passivo - pois, segundo a sentença bem conhecida, 'não se vence a natureza senão obedecendo-lhe" (LA BLACHE, 1954, p.41).

Nesse ínterim, La Blache contribuiu dizendo que uma convicção cega da relação natureza-sociedade, baseada unicamente em causa e efeito, levaria a interpretações errôneas, assim como seria errado afirmar que todos os grupos insulares necessariamente resultariam em navegadores. Seria preciso ponderar, sem generalizações e reconhecendo o homem como "fator geográfico". Por sua vez, Ratzel (1990) já reconhecia e destacava a importância de se questionar "onde" na Geografia, afinal, o ambiente físico é capaz de "obstacularizar, acelerar, desacelerar" ou seja, o ambiente não é inexpressivo. Além da importância de lembrar que os acontecimentos se fazem no espaço, portanto, "toda história possui seu teatro". Assim como, por outro lado, dizer que os fatores naturais tem um peso enorme na obra humana não significa dizer que são decisivos, verificando que, a despeito de suas diferenças, ambos os autores reconheciam a pertinência dessa relação e a importância em considerá-la no estudo dos espaços terrestres e sua associação com a ação dos homens: "Parte-se do Homem para chegar ao Homem; representa-se a Terra como o palco onde se desenrola a atividade humana, sem refletir que o mesmo palco tem vida". (LA BLACHE, 1954).

Nessa perspectiva, as sociedades se apropriam da natureza e de todos os seus elementos, cada qual de uma maneira específica, criando uma lógica implícita nessa apropriação, uma ordem, uma ação que fará com que tudo que será materializado por conta dela tenha uma localização e um sentido. Essas localizações se referem às instâncias mais básicas da vida, afinal, o conhecimento geográfico esteve presente ao longo de todo o decurso da humanidade no que se refere, por exemplo, à curiosidade do homem pelos fenômenos da Terra, ao saber onde encontrar algo, saber que porção territorial evitar por determinado motivos etc. Assim, estabelecemos localizações mentais e localizações físicas: constroem-se casas próximas aos rios, mas não em sua várzea por um conhecimento que se desenvolveu em relação ao fenômeno das cheias e em relação à necessidade do uso desse recurso.

A relação sociedade - natureza surge, desse modo, por uma questão de sobrevivência e de reprodução em dois sentidos: um biológico e outro social. A reprodução biológica, ligada à

sobrevivência, tem um caráter objetivo de apropriação. A reprodução social tem por objetivo a reprodução do tipo de sociedade, dos tipos de relações sociais presentes, tendo um caráter de apropriação subjetiva, ligada à existência, onde os elementos apropriados manifestam-se além da própria consciência. Todavia, a primeira está subordinada à segunda, no sentido de em que condições ela se realiza.

Nessa perspectiva, não há sociedade que quando se aproprie da natureza não construa uma geografia para si. Assim, pode-se entender a geografia como resultante dessa relação, portanto, diferente em cada ponto que se pare para examinar. A natureza e a sociedade se traduzem em localizações, se traduzem em uma ordem incitada, que faz com que as coisas não se estabeleçam aleatoriamente, mas que sejam parte de uma razão. Dessa forma, por sua vez, essa ordem também implica na geografia. Assim, o lugar onde estamos faz parte do que somos e contribui para contar a nossa história, onde as localizações conhecidas nos trazem sentido, outras nos trazem estranhamento.

Retomando ao que foi explanado no início, Pierre Monbeig foi um geógrafo que deve boa parte de sua concepção de Geografia às ideias influentes na França no período de sua formação, com destaque para Paul Vidal de La Blache. La Blache se tornou conhecido por sua contribuição à chamada Geografia Regional, fruto de um país ainda bastante rural, com cidades pouco extensas. Contudo, as abordagens regionais e as análises de gênero de vida passaram a ser insuficientes para tratar o cenário urbano que se formava e transformava diversas partes do mundo. Monbeig trouxe importantes contribuições através do que denominou complexo geográfico, oferecendo uma possibilidade para o entendimento do novo panorama urbano e, de acordo com Ab'Saber (1994), trazendo com extraordinária clarividência, o ponto de vista geográfico à metodologia sociológica e urbanística.

Considerando insatisfatórias análises desenvolvidas de forma compartmentada, a metodologia proposta por Monbeig coube às necessidades e objetivos dessa pesquisa. Seus estudos direcionam a Geografia à uma concepção integrada, promovendo relações entre os variados elementos da paisagem de forma a ter uma interpretação mais completa do funcionamento do todo. Assim, pretendeu-se aqui seguir metodologicamente as orientações propostas pelo autor em seu "Estudo Geográfico das Cidades" e basear-se na noção de complexo geográfico para o desenvolvimento dos pontos abordados nessa investigação.

Reconhece-se que os estudos de Monbeig foram desenvolvidos em um outro momento da ciência geográfica e em um outro contexto histórico. Contudo, a despeito de dizeres que

consideram a própria ciência sob um trajeto constante e idealizado de progresso e evolução, excluindo o que é velho pelas ideias novas, os clássicos da Geografia ainda possuem muito a oferecer em nossas análises contemporâneas. Nessa perspectiva, com as devidas ponderações, a leitura de Monbeig contribuiu para enriquecer as reflexões no decorrer da pesquisa.

### **1.1 O complexo geográfico e as contribuições dos estudos urbanos de Pierre Monbeig.**

A noção de complexo geográfico desenvolvida por Pierre Monbeig assume uma posição em que a geografia não seria uma ciência de fatos isolados, não podendo, assim, serem conhecidos plenamente por si e em si. Num primeiro momento, Monbeig aborda o que chamou de fato geográfico:

É erro comum e persistente pretender tomar e ensinar fatos geográficos isolados e atomizados. Não é a altitude das Agulhas Negras que é um fato geográfico, mas o conjunto do maciço, constituído por certas categorias de rochas, situado em determinado conjunto orográfico, submetido a certas condições climáticas que determinam certa distribuição de vegetação, originando certos modos de ocupação do solo pelo homem e tornando possíveis certos tipos de produtos. (MONBEIG, 1956, P.8)

Dessa maneira, não cabe investigar a ocupação do Hotel Lorde como um elemento apartado de sua localização, afinal, sua existência ali não se dá no vácuo, mas ocorre em constante relação com variados fatores atuantes. O fato geográfico nesse caso perpassa pela circulação de pessoas, pelo movimento do transporte em carros, ônibus, metrôs, pela história que levou a ocupação a existir naquele local, pelo seu impacto no bairro de Santa Cecília, pela importância estratégica da Rua das Palmeiras por sua proximidade com o centro, pelo processo de formação urbana de São Paulo e quais pontos dele podem ajudar a explicar a necessidade de um movimento social que lute por moradia, e ainda, mais além, perpassa pelos motivos que levaram a cidade a se constituir naquele ponto, de acordo com as suas características de relevo, existência de corpos d'água, tipo de solo e de clima. Assim, cada um desses tópicos faz sentido quando relacionado com o outro, como um conjunto de fenômenos.

No entanto, Monbeig propõe uma mudança no uso do termo, sugerindo que a noção de fato que leva à irredutibilidade e à uma precisão pontual rigorosa não serve à Geografia, que não os estuda nesse sentido. Trata-se, então, de um complexo de fatos que, por sua localização, são verdadeiramente "fatos geográficos". Nota-se que Monbeig expande a ideia

de fato e converte, assim, seu entendimento para o de um complexo, noção mais abrangente de todo o panorama da pesquisa:

"Cabe ao geógrafo explicar esta localização, procurar-lhe as consequências, examinando as relações, ações e interações que unem uns aos outros os elementos constitutivos do complexo geográfico. Complexo geográfico, sim, porque se localiza e porque implica em ações recíprocas mutáveis do meio natural e do meio humano" (MONBEIG, 1956, P. 9).

O complexo geográfico se exprimiria na paisagem, formada pelos elementos naturais e pelo trabalho dos homens, sendo essa categoria bastante enfatizada por Monbeig, que chega a dizer que trata-se da essência da pesquisa em Geografia. Há um conjunto de categorias que se popularizaram no campo científico da disciplina, como paisagem, território, lugar, região e espaço. Nessa pesquisa, considerou-se o uso de tais categorias como forma e meio de compreender o fenômeno geográfico, não limitando à uma única, mas procurando articulá-las entre si conforme seu uso se mostrar necessário. Desse modo, a paisagem surge como resultante do complexo geográfico, mas não se confunde com ele (MONBEIG, 1956, p. 11), uma vez que apenas ela não bastaria para explicar sua totalidade.

Nesse contexto, a preocupação do geógrafo deve se aterem explicar os laços. O autor faz uma comparação entre sua noção de complexo e o funcionamento de um motor, no qual "é necessário desmontar as peças que compõem o motor, tendo porém, o cuidado de identificar cada elemento, de ver como se ajusta a outro, de conhecer-lhe a função e avaliar a importância" (1956, p.14). Desmontar cada peça seria como analisar o complexo geográfico em todas as suas partes constitutivas, descobrindo como ocorre a "boa marcha do conjunto".

A cidade surge como um exemplo muito bom para que se comprehenda o alcance do complexo geográfico e este, por sua vez, contribui para desnudar a geografia presente nos núcleos urbanos. Caminhando por essa perspectiva, quando Monbeig (2004) questiona-se sobre o que estuda o geógrafo que se inclina a investigar uma cidade, afirma que ela se trata de um ato de posse do solo por um grupo humano - como já dito anteriormente. Assim, o ponto vista que deve predominar no estudo se refere às relações de uma sociedade com o *changing environment*: "Não é, absolutamente, com efeito, apenas o jogo do acaso que fez com que exatamente em um certo ponto do solo nascesse e se desenvolvesse um aglomerado urbano" (2004, p.278).

Dessa forma, a investigação acerca da fixação de um grupo humano no solo deve-se iniciar com o seguinte questionamento: qual é esse solo e quais são esses homens? Sendo o momento do estudo apenas um ponto em uma série corrente de tempo histórico, cabe ao pesquisador reconstruir essa série e buscar no elemento mais elementar de fundação da sociedade, seu contato com o solo, explicações para o que vemos diante de nossos olhos. Assim, também é imprescindível efetuar uma regressão e questionar *qual* foi esse solo e *quem* foram esses homens.

O autor ainda afirma, baseando-se em La Palisse, que a cidade nasce da vontade humana e é construída e desenvolve-se no quadro natural, devendo ser levados em conta igualmente os dois fatores dessa combinação que resultou nessa tal cidade. É preciso investigar os elementos naturais sim, mas também a massa humana presente, seus objetivos, de onde veio, seu volume e composição:

O agrupamento urbano com suas fábricas, suas secretarias, suas estações, seus homens e seus capitais desempenha um papel original, que não é hoje, sem dúvida, o que foi ontem: essa função urbana também depende, ao mesmo tempo, do que os homens encontraram na natureza e do que tiveram necessidade de realizar. Essa função é exercida num certo raio em torno da cidade, com facilidade e intensidade maiores ou menores, em função do relevo e das distâncias. Aí ainda o problema é essencialmente geográfico, pois se refere à posse do solo (MONBEIG, 2004, p. 280).

Desse modo, a cidade deve ser investigada fazendo tabula rasa a tudo que foi construído pelo homem e desnudada até o momento em que o núcleo urbano começou a se desenvolver. No entanto, deve-se atentar para o fato de que os fatores naturais não fazem sentido por si mesmos, mas apenas na medida em que contribuíram para o desenvolvimento da cidade. O relevo aparece, então, como um dos mais importantes fatores, podendo ser analisado através da situação e do local urbano - o primeiro à nível regional e o segundo sendo mais preciso. Ambos colaboram no entendimento de, por que, naquele ponto, se desenvolveu determinado núcleo urbano, com suas características próprias. Seria como perguntar: o que nesse ambiente cooperou ou dificultou a instalação do homem? Como isso está ligado ao que é a cidade hoje?

A história do desenvolvimento urbano de São Paulo, assim, remonta desde o período da colonização, pois, de tantos territórios disponíveis, cabe questionar por que foi exatamente naquele ponto que se instalaria a cidade que hoje é a maior em dinamismo do país. Caio Prado (1907) confirma que as causas de toda essa sua grandeza vêm atuando desde o início da

colonização, devendo, primordialmente, que atenha-se às características do sítio escolhido, ou, para Monbeig, a *situação da cidade*: trata-se da relação entre a localização da cidade e o conjunto regional, ressaltando-se a topografia.

Figura 1 – A situação de São Paulo.

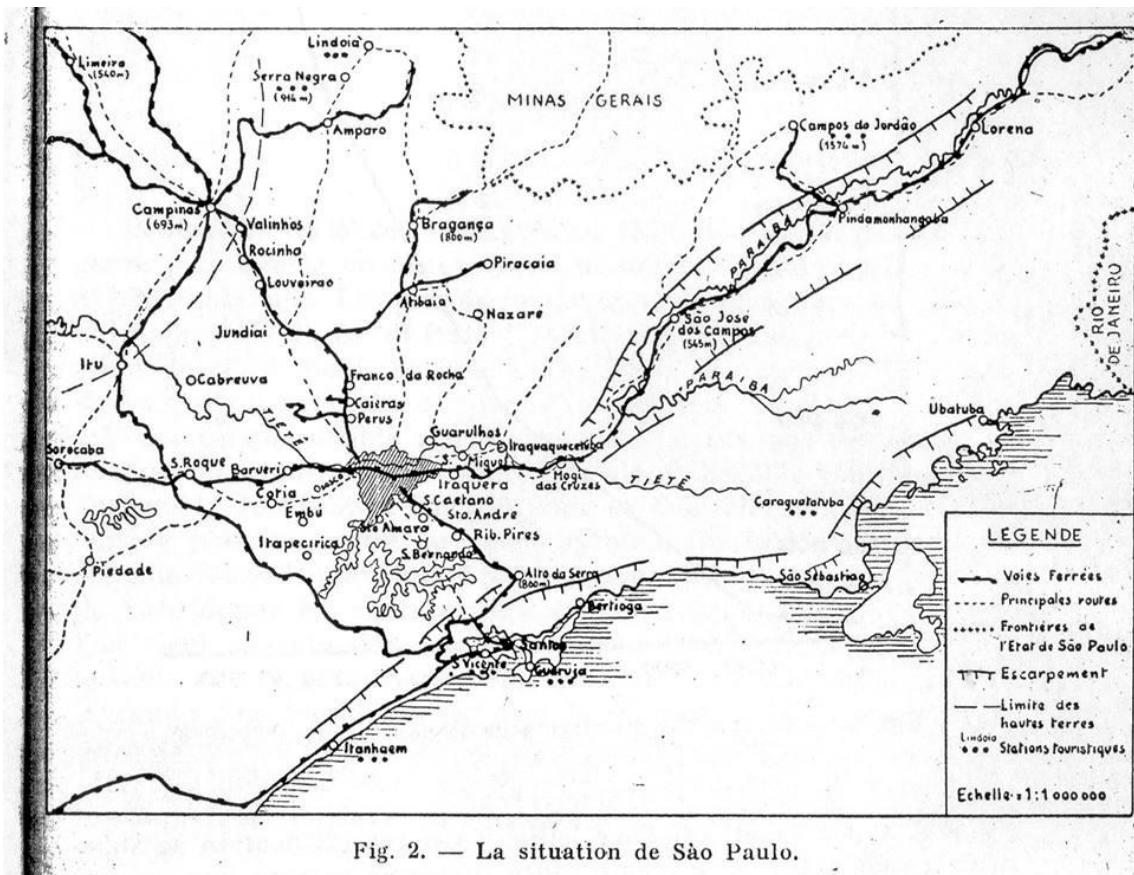


Fig. 2. — La situation de São Paulo.

Fonte: MONBEIG, Pierre. La croissance de la ville de São Paulo. Grenoble: Institut et revue de géographie alpine, 1953.

A Serra do Mar, observada acima, divide o país em duas seções bastante distintas, sendo a primeira a sua faixa costeira, onde a colonização se estabeleceu inicialmente e, depois da Serra, o seu planalto interior. Sobre ser esse o primeiro ponto, na altura do que seria São Paulo, em que a colonização ultrapassou a costa e alcançou o planalto, Caio Prado apresenta algumas considerações de destaque para os fatores geográficos responsáveis.

Em primeiro lugar, há o estreitamento da faixa costeira: enquanto mais ao norte o litoral forma uma planície mais extensa, na altura de São Vicente e Santos "o mar não dista da

base da serra senão 15 quilômetros" (1907, p.9). Além disso, esse espaço disponível ainda apresentava grandes dificuldades ao estabelecimento do colonizador europeu, sendo composto de terrenos baixos, mangues e pântanos não propícios à agricultura. Assim, o planalto surgiu como opção ao povoamento com condições naturais mais favoráveis, com clima temperado e inúmeras tribos indígenas que, aos olhos do colonizador, constituíam farta oferta de mão-de-obra:

Existe, portanto, desde o início da colonização paulista, um nítido deslocamento de seu centro, do litoral, onde teve começo, para o planalto. Isso constitui o primeiro fator que vai influir na constituição e desenvolvimento, no planalto, do maior núcleo da capitania e de todo o sul da colônia. E este seria São Paulo (PRADO, 1907, p.11).

Um segundo fator seria a facilidade de acesso: a serra apresenta-se com altitudes bastante elevadas, em torno dos 900 e 2000 metros, com topografia bastante acidentada em uma largura maior. Já na altura de Santos e São Paulo sua altura desce para os 800 metros e sua topografia passa por um abrigo, revelando um peneplano de relevo mais suave, onde se situam as nascentes do rio Tietê. Assim, em relação às outras passagens da serra, esse ponto se mostrou ideal, não apenas à colonização portuguesa, mas antes disso também como caminho indígena.

Ultrapassada a barreira topográfica, a colonização se estabelece nos chamados Campos de Piratininga, onde formava-se uma enorme clareira natural na floresta devido à formação de seu terreno, constituído de depósitos flúvio-lacustres terciários argilosos, originários de um solo pobre incapaz de desenvolver vegetação de porte mais denso. A esse segmento da observação Monbeig chamaria de *local urbano*, que concerne à nada mais que ao estudo da situação, mas em uma escala aproximada, regional. Caio Prado salienta que também eram os Campos de Piratininga já muito conhecidos pelo índios, abrigando numerosas tribos, constituindo "por uma verdadeira destinação física, o papel de condensador demográfico" (PRADO, 1907, p.13). Desse modo, detendo-se na altura do que hoje é São Paulo, o núcleo jesuítico se estabelece no alto da colina, onde era possível obter melhores condições de defesa contra ameaças por conta de suas escarpas. Soma-se a existência próxima dos rios Anhangabaú e Tamanduateí, além de condições atmosféricas mais amenas para os hábitos europeus.

Nessa perspectiva, a cidade, compreendida como resultado do fenômeno da relação sociedade - natureza, traz em sua localização, que pode ser observada em diferentes escalas, e

em seus desenhos e traçados, alguns aspectos físicos e materiais fundamentais na compreensão de sua dinâmica. Quando se retorna às suas condições iniciais e busca-se acompanhar o desenrolar dos fatos, observa-se, no presente, particularidades importantes antes um tanto turva sobre o núcleo urbano. Pode-se observar que uma posição desfavorável, seja marcada por um relevo acentuado, pela escassez de água ou por um clima hostil, tem grandes probabilidades de mudar com o tempo, segundo a mudança dos saberes dos homens e suas técnicas desenvolvidas. Por isso, não há influência absoluta do local, mas, de acordo com Monbeig (2004) tudo se dá pelo "ato da vontade humana" em interagir, ou não, com os elementos da base geográfica: "a natureza prepara o local e o homem organiza-o de modo a corresponder a seus desejos e necessidades" (LA BLACHE, 1954 apud MONBEIG, 2004, p. 279).

Monbeig utiliza o termo *evolução urbana* para enfatizar a necessidade de investigação do dinamismo dos homens que se instalaram naquele local, ora emprestando elementos da história, ora do urbanismo, e de qualquer área que colabore na compreensão das etapas de desenvolvimento do espaço urbano. O uso de plantas e mapas sucessivos é essencial nesse processo devendo, porém, ao analisá-los, ultrapassar-se a descrição: é preciso buscar esclarecimentos do porquê dos fatos, o porquê das direções e localizações. Deve-se levantar possibilidades para o que está sendo ilustrado, esboçar opiniões, buscar informações e fontes da época, desconfiar da primeira impressão. Justifica-se, assim, a premência do uso de materiais e fontes variadas, comparando plantas da cidade de diferentes agentes, utilizando mapas topográficos, reunindo dados demográficos, observando a distribuição populacional e assim por diante.

Outra parte importante seria a análise da geografia das profissões e das classes sociais. A essa, agrega-se a importância de saber a fisionomia dos bairros, as dinâmicas, a função que teve ao longo da progressão urbana. Para essa pesquisa optou-se por uma caracterização principal do centro, afunilando o estudo para o bairro de Santa Cecília. Assim, "A realidade móvel não é o homem de um lado e do outro o espaço urbanizado; é a cidade, no seu aspecto e na sua vida, que o geógrafo procura descrever e explicar" (MONBEIG, 2004, p. 295). Com isso, Monbeig traz que é preciso ultrapassar o rigor científico austero, e buscar compreender a "alma" dos bairros ou dos recortes urbanos escolhidos para estudo: é preciso observar a circulação de pessoas, os meios de transporte utilizados, o tipo de residência predominante, a classe social fixa, entre outros. Apesar de se dizer que ao geógrafo não caberia estudar os

fatos sociais, o autor entende que a partir do momento que tais fatos implicam diretamente no uso que se faz do solo eles passam a ser sim da alçada geográfica.

Nessa perspectiva, Monbeig afirma que "toda obra humana coletiva, gravada na paisagem por traços materiais, foi feita com a natureza ou apesar dela" (MONBEIG, 2004, p. 299). O traçado da cidade, seus equipamentos e o desenho de suas vias se desenvolvem com a apropriação das possibilidades físicas, muitas vezes revelando as funções que ela desenvolveu ao longo dos anos, como cidade industrial, comercial, de negócios, turística etc. Sabe-se que seria uma tarefa duvidosa classificar uma cidade, tal como São Paulo e tantas outras, de apenas uma maneira, mas o raciocínio da função urbana, devidamente utilizado, sem generalizações e rigidez, oferece uma estratégia interessante para a interpretação dos fatos expostos. No mais, cabe ao geógrafo aprender a não dissociar o passado do presente, encontrando as relações entre os diferentes momentos e seus desdobramentos. Para essa porção da pesquisa, em que serão abordadas as atividades econômicas, aspectos populacionais e a industrialização e urbanização de São Paulo, foi dedicado o capítulo dois dessa pesquisa.

Nesse ínterim, cabe salientar que Monbeig reconhece as necessidades de se ultrapassar a interpretação dos elementos materiais da paisagem:

Mas a vida coletiva não se organiza somente em função das condições naturais nem a valorização da terra se faz unicamente sob injunções do meio físico. Tanto quanto em função das possibilidades do meio, as maneiras de viver das sociedades se organizam em função das estruturas internas, dos interesses econômicos, das capacidades técnicas e dos hábitos mentais (Monbeig, 1950).

Tais hábitos mentais explanados por ele nos conduzem a uma interpretação ainda mais profunda de seu complexo geográfico. Quanto a isto, aqui assumiu-se por esses hábitos os mecanismos de reprodução social, as práticas do cotidiano dos homens que os fazem seguir sempre uma "conduta", perpetuando determinados padrões de vida em seu consumo, em seu lazer, em seu trabalho, em suas conversas, que movem sua economia, política e o convívio uns com os outros. Nesse ponto, reconheceu-se um possível encontro entre um ensaio começado por Monbeig e o pensamento desenvolvido por Henri Lefebvre mais tarde:

Nos estudos de gêneros de vida têm-se os geógrafos restringidos a estudar apenas os aspectos materiais. Atitude prudente adotada por feliz reação contra os perigos de uma leitura fácil. Sabe-se, por exemplo, a que banalidades ou, ao contrário, a que perigosos paradoxos conduzem uma barata psicologia dos povos. Pode-se perguntar, porém, se a geografia não pecou por excesso de prudência ou por temor de abordar problemas para os quais se sentia mais armada. Porque as idéias levam os homens mais longe do que os caminhos naturais (Monbeig, 1950).

Assim, com o auxílio da filosofia de Lefebvre buscou-se complementar o raciocínio geográfico proposto por Monbeig e enriquecer as interpretações acerca das dinâmicas da cidade e do urbano. A geografia não pode ser uma descrição e enumeração de conhecimento:ela demanda um conteúdo filosófico, sem o qual permaneceria imutável (MONBEIG, 1956, p. 14), algo inaceitável, visto que o que a torna tão fascinante é ser uma interrogação permanente no mundo (p.20).

## **1.2 O espaço e suas características**

Para Villaça, o maior avanço ocorrido no campo da ciência geográfica talvez tenha sido a difusão da ideia de um espaço social (espaço urbano) socialmente produzido, não dado pela natureza, mas sim fruto do trabalho humano (2012, p.44). Foi a partir desse momento que a Geografia pôde trazer as contradições sociais existentes no espaço para dentro das suas pesquisas e trabalhá-las de maneira mais satisfatória, ultrapassando as descrições e encontrando as explicações. Dessa forma, os aspectos econômicos, políticos e sociais passaram a ser explorados e justificam seu envolvimento pois nem a economia, nem a política, nem a sociedade e seus demais aspectos existem sem a base geográfica.

Tal ideia faz parte da Geografia atualmente graças ao período do final da década de 1960 e início de 1970, quando veio à tona o que se denominou "Geografia Crítica". As transformações que afetavam a sociedade e as estruturas do mundo capitalista precisavam ser compreendidas a partir de outras concepções teóricas, das quais a Geografia Quantitativa já não era capaz de explicar sozinha. O fenômeno da industrialização e da urbanização precisavam ser explicados não apenas pela sua magnitude da concentração demográfica ou de atividades, mas também pelo seu novo modo de funcionamento, pelas novas dinâmicas estabelecidas. Era preciso repensar a cidade e repensar quem eram aqueles indivíduos que nela habitavam:

Cada vez que as condições gerais de realização da vida sobre a terra se modificam, ou a interpretação de fatos particulares concernentes à existência do homem e das coisas conhece evolução importante, todas as disciplinas científicas ficam obrigadas a realinhar-se para poder exprimir, em termos de presente e não mais de passado, aquela parcela de realidade total que lhes cabe explicar (SANTOS, 2002).

O filósofo e sociólogo Henri Lefebvre teve suas ideias trazidas para as discussões geográficas, principalmente no que se refere ao debate sobre o espaço, suas características e contradições. Sendo assim, as ideias do autor foram lidas como uma enorme colaboração na

questão dos problemas urbanos no âmbito geográfico, sem, contudo, descaracterizá-lo e sem desviar do caminho da Geografia. A compreensão dos pontos explanados por Lefebvre confere um fomento para que se pense sobre outros, ou seja, não há a intenção de esgotar o assunto, supor que o que é dito seria inquestionável, aprisionando a discussão, mas, pelo contrário, incentivar que se avalie novas possibilidades. A pesquisa procura cumprir com esse objetivo, se apoiando em entendimentos importantes do autor como base teórica, aproveitando o estímulo reflexivo propiciado por tais leituras.

### **1.2.1 A contribuição de Lefebvre para o estudo geográfico**

Primeiramente, o que Lefebvre propõe é uma análise do espaço que evite sua fragmentação, como quando é repartido em setor econômico, social, político, de lazer, entre outros. O entendimento do mundo e dos fenômenos da sociedade, atualmente, está voltado para uma submissão de todas as esferas da vida ao econômico: há uma descaracterização dos problemas sociais, como o é a questão da moradia, do transporte público, ou mesmo problemas relativos à exposição desigual de riscos ambientais, transformando-os em simples dados econômicos. Tal proposição abre caminho para que se coloque a propriedade privada como bem supremo, tornando simplesmente meritória a questão habitacional, fazendo aceitável que não hajam ações estatais para a situação e criminalizando os movimentos por moradia (que ocuparam um local que não lhes pertencia pelo poder da compra). A proposta de Lefebvre se harmoniza com o teor da pesquisa, que busca tratar os fenômenos urbanos à partir da compreensão da desigualdade existente, principalmente no que se refere à desigualdade de poder político, tornando o estudo do espaço e de suas características algo fundamental.

Para tal análise apresentada pelo autor, é preciso considerar a produção em um sentido mais amplo que o da fabricação de coisas, da fabricação do palpável. Assim, o autor sugere que se estude o espaço e todas as suas características à luz do que recebeu o nome de "reprodução das relações sociais de produção", onde a reprodução das relações de produção não coincide com a reprodução de seus meios. Em outras palavras, essa reprodução se dá através da cotidianidade, das escolas, das universidades, do lazer, da cultura, dos padrões de consumo, através de todos os aspectos, e de todas as relações, que se dão no espaço. Dessa forma, o modo de produção que conhecemos efetivamente em nossa vivência, o capitalismo, se reproduz não apenas no seu sentido de perpetuação e manutenção de seus meios materiais de funcionamento, mas ocorre em nossos discursos, nas propagandas que assimilamos de tudo o que consumimos, na forma como encaramos o trabalho e como encaramos o lazer, enfim,

em todos os desdobramentos da vida cotidiana: "...a propriedade privada se estende às ideias e ao saber!" (LEFEBVRE, 2016, p. 21). Por isso, se diz que o espaço é construído pelas relações sociais e elas, por sua vez, são constantemente construídas pelo espaço que tende a perpetuá-las, num ciclo.

Desse modo, diz-se que o espaço é o resultado do envolvimento coletivo que se acumula historicamente (LEFEBVRE, 1970). Contudo, em uma sociedade capitalista, onde a riqueza e, principalmente, o status se dá pela acumulação de mercadoriasé tendênci que todas as coisas sejam transformadas em algum tipo desta, sendo assim com o espaço. Porém, trate-se de uma mercadoria "diferenciada", carregada de implicações estratégicas e políticas e que, de acordo com Lefebvre (2016) possui um duplo sentido: um espaço de consumo, condição favorável à produção, distribuição e circulação de mercadorias, e a produção e o consumo do próprio espaço.Tal produção, como dito anteriormente, perpassa pelos hábitos, ações e pensamentos cotidianos; o consumo se dá por todo o apanhado simbólico e subjetivo que se agraga a nós e também, mais claramente, com a venda e compra de seus pedaços para algum aspecto da reprodução da vida(CARLOS, 1999).

Nessa perspectiva, fica claro evidenciar que, sendo o espaço uma mercadoria, nem todos os indivíduos têm acesso a ele, uma vez que nem todos possuem o poder de compra. Porém, acrescenta-se a consideração de que o espaço é instrumental, estratégico, não-neutro. Isso significa dizer que, apesar de sua aparente casualidade,ele é organizado para que cumpra determinados fins:

... dispersar a classe operária, reparti-la nos lugares prescritos; organizar os fluxos diversos subordinando-os a regras institucionais; subordinar, por conseguinte, o espaço ao poder; controlar o espaço e reger, tecnocraticamente, a sociedade inteira, conservando as relações de produção capitalistas(LEFEBVRE, 2016, p.).

Nesse ponto, Lefebvre e a ciência geográfica se encontram com maestria: a geografia das cidades não se dá por acaso. A forma e as representações das cidades foram criadas pelo homem, são de tal maneira devido a certos valores que em algum ponto do decurso humano sobressaíram mais do que outros. De fato, é mais do que pensar o espaço, mas pensar sua criação como obra humana, sendo as cidades resultado da criatividade dos homens. Contudo, é preciso ir além dessa noção material, da obra física, mas refletir o que fez com que ela existisse e como ocorre sua perpetuação. Mais ainda, não sendo esse espaço uma representação inocente, ele veicula normas da sociedade burguesa. Como, então, mudar o espaço, se a sociedade está fixada nos padrões dele? O que essa pergunta traz consigo é que as medidas políticas que surgem de modo a "resolver" as questões urbanas não oferecem suporte

para sua superação, mas a amenizam e disfarçam os seus verdadeiro sustentáculos. Quando surgem possibilidades de se pensar em planejamento urbano é como se fôssemos convidados a discutir as dores laterais, mas nunca curar a doença:

O espaço é formado, modelado a partir de elementos históricos ou naturais, mas politicamente. O espaço é político e ideológico. É uma representação literalmente povoada de ideologia. Existe uma ideologia do espaço. Por quê? Porque esse espaço, que parece homogêneo, que parece dado de uma vez na sua objetividade, na sua forma pura, tal como constatamos, é um produto social (LEFEBVRE, 2016, p. 60).

Nessa perspectiva, têm-se que as problemáticas do espaço são muito mais do que questões técnicas, sua reflexão engloba outros fatores, pois "esta sociedade não pode sair de seu espaço" (LEFEBVRE, 2016, p.35). Tendemos para uma sistematização do que nos é oferecido como modo de vida, onde o espaço contém em si as orientações que nos conduzem. Por isso a dificuldade: mudam-se tais orientações ou muda-se o espaço? Até que ponto isso seria possível? Robert Park (1967), faz uma afirmação marcante quando diz que "ao fazer a cidade, o homem refez a si mesmo". Não foram mudadas apenas as estruturas físicas e a paisagem, mudou-se todo um aparato abstrato, que carregamos e perpetuamos sem clara consciência dessa tarefa. Por esse motivo a superação da segregação é um grande desafio, pois pretende-se criar um mundo novo através de pessoas que só conhecem o velho.

Importante dizer que o espaço envolve o tempo, questão central da vida urbana. Se nas cidades, os espaços são vendidos e comprados segundo sua localização<sup>1</sup>, esta, por sua vez, se relaciona diretamente com o tempo. Não compra-se apenas o terreno, a casa e o apartamento conforme suas características físicas, mas compra-se as distâncias implicadas nestes: o tempo para chegar ao trabalho, à universidade, à escola, aos equipamentos públicos e de lazer etc. Em uma cidade, as distâncias são medidas pelo tempo de deslocamento de acordo com o meio de transporte. Quando dá-se uma resposta em minutos e horas, comprehende-se que existem fatores envolvidos nessa situação, mas que nem sempre são evidentes. Por exemplo, o tempo depende das linhas de ônibus e metrô disponíveis, que, por sua vez, dependem do bairro que se fala, que, muito provavelmente terá relação com a classe social ali predominante, que se desdobra em inúmeros outros questionamentos: por que predominam classes sociais em determinados bairros? Por que eles são melhor atendidos por infraestrutura de transporte do que bairros da periferia? Todas essas questões serão abordadas no decorrer da pesquisa e serão estudadas à luz da reprodução das relações sociais de produção.

---

<sup>1</sup> A questão da localização será abordada no capítulo 2 "Desigualdade, espaços vazios e o direito à cidade".

Falar de um direito à cidade, seguindo o pensamento de Lefebvre, seria lutar por uma reapropriação dos tempos e espaços presentes na vida cotidiana. A cidade vista como obra humana, é uma configuração espacial riquíssima, repleta de avanços técnicos e reflexões possíveis. Contudo, quando não é voltada para a satisfação das necessidades dos homens que a construíram, estes se vêm em meio à uma relação sem sentido, a apropriação de sua obra não ocorre, sendo ela irreconhecível e causando estranhamento no ser. Ou seja, criamos algo que não nos pertence e todos os dias nos é roubado, impossibilitando o desenvolvimento pleno do humano. A essa práxis sem sentido - conjunção do pensamento mais a prática sensível, as formas de se expressar, sentimentos e afetos, o fazer humano em sua totalidade - Marx deu o nome de alienação.

Essas questões formam aqui um prelúdio à uma discussão muito mais complexa, que, certamente, não será contemplada em sua totalidade na pesquisa. Julgou-se necessário apresentá-las inicialmente para que as partes seguintes possam ser ponderadas neste âmbito, retomando constantemente a esse conteúdo conforme o desdobramento das etapas investigativas.

## 2 DESIGUALDADE, ESPAÇOS VAZIOS E O DIREITO À CIDADE

Com o intenso crescimento demográfico, combinado com a má distribuição de renda e a desigualdade social que se inscreveu na história do Brasil, o país possui uma necessidade premente de habitação em áreas urbanas. Na cidade de São Paulo, a maior de todo o território nacional no que se refere à dinâmica econômica e variedade de serviços, não poderia ser diferente. Não é muito difícil, ao andar pelas ruas da cidade, constatar indivíduos sobrevivendo em condições de rua, em moradias precárias e/ou instaladas em locais de risco.

Todos nós sabemos identificar os distritos e bairros da cidade de São Paulo de acordo com a classe social predominante, como, por exemplo, sabe-se que entre Higienópolis e Itaquera existem diferenças bastante proeminentes em muitos sentidos. De certa forma, já faz parte do nosso inconsciente a ideia da segregação como algo normal e natural, como se a cidade sempre tivesse sido dessa maneira, organizada nesses mesmos padrões. Sabendo-se que cada sociedade se apropria da natureza e estabelece para si uma geografia inscrita em uma ordem espacial, os padrões urbanos foram construídos ao longo do tempo de acordo com os acontecimentos sociais. Desde os primórdios, o ser humano estabelece relações com a terra, extraindo dela aquilo que é necessário à sua sobrevivência. A partir do momento em que se fixa em determinado local, as relações se acentuam e o homem marca sua territorialidade, esforçando-se para que seu espaço seja mantido seguro e adequado às suas necessidades.

Os tipos de relações mudaram e o homem, atualmente, se associa de maneira diferenciada à terra do que em outros momentos históricos. Contudo, suas necessidades essenciais permanecem ligadas ao espaço e ao uso que se faz dele. As geografias construídas mudaram e se renovaram, num processo dinâmico e contínuo que muitas vezes nos escapa. Se hoje a maior parte da população mundial vive nos centros urbanos, os indivíduos contribuíram socialmente na construção desse espaço, porém, não é clara a noção desse fato no cotidiano. A cidade, como explicita o trecho de Lefebvre, é uma obra; contudo, transformou-se em uma obra irreconhecível por quem mesmo a construiu.

Sendo assim, não seria possível compreender São Paulo, ou qualquer cidade, sem a perspectiva histórica, unindo as dinâmicas, processos políticos, econômicos e sociais com a materialização e transformação do espaço urbano. Nesse capítulo, seguindo a proposta metodológica baseada em Pierre Monbeig, será feito um breve histórico de fatos pontuais que

contribuíram para a desigualdade e segregação espacial no Brasil, cujas consequências se inseriram profundamente no solo urbano.

## **2.1 Urbanização e histórico da segregação socioespacial em São Paulo**

A forma pela qual se desenvolveram e se organizaram os núcleos urbanos no Brasil foi, em grande parte, moldada pelos processos políticos e econômicos que lhe deram contorno. O entendimento do espaço urbano como território de conflitos e disputa perpassa, primordialmente, pelo momento em que a terra se tornou um item interessante do ponto de vista mercadológico e passou a ser utilizada pelos mecanismos econômicos para gerar lucros em si, e não mais apenas pelo que era capaz de produzir.

Pode-se dizer que um acontecimento que traçou a linha de como seria gerida a política de terras no Brasil foi a promulgação da Lei de Terras em 1850, concomitante ao fim do tráfico de escravos e, posteriormente, em 1888, o fim da escravidão promulgado pela Lei Áurea. Esses fatores, aliados à Proclamação da República em 1889, compuseram um apanhado de medidas que permitiram e deram as condições para a industrialização e urbanização no final do século.

A Lei de Terras se tratou de um mecanismo que assegurou a condição da terra como propriedade privada, algo que devia ser incorporado ao avanço da economia capitalista e explorado ao máximo. Sabe-se que mesmo antes desse momento, a terra já era tida como um bem de poucos, uma vez que seu acesso é relacionado à atividade produtiva, pautada no Brasil, desde a época colonial, na tríade latifúndio, monocultura e escravidão. O indivíduo detentor de terras era detentor também de influência econômica e, sobretudo, influência política na sociedade. Tal lei foi sancionada com o intuito de regularizar a questão fundiária e dificultar a apropriação indevida. Contudo, se os donos das terras são também aqueles que ditam os rumos políticos, isso significa, em outras palavras, que a concentração de terras permaneceu nas mãos das mesmas figuras que já a detinham, legitimando essa situação. Além, é claro, de implicar no aumento das dificuldades de acesso à uma porção desse solo pela população de baixa renda, trabalhadores livres, escravos libertos e, posteriormente, aos imigrantes recém chegados em busca de trabalho.

Junto a essas determinações veio a proibição do tráfico negreiro. O escravo constituía no Brasil algo como um "capital", fonte de renda e de investimento, tratado juridicamente como uma posse e, além disso, consistia em um elemento essencial na tríade produtiva. Em

1831 houve uma primeira tentativa de proibir o tráfico de africanos ao Brasil, contudo, a proibição não surtiu efeito. Assim, 1850 deu início a um processo que, combinado à abolição da escravidão, transformou as bases do trabalho no Brasil. A Lei Áurea surgiu em um cenário onde o escravo não era mais tão rentável aos seus donos, que, assim, diante das novas perspectivas econômicas, não constituíram forte oposição à medida. Para Maricato (1997), "os escravos são substituídos pela terra como condição para o exercício do poder e o controle da produção".

Nesse contexto, com a clara distinção entre solo público e solo privado no país, as terras devolutas ficavam sobre o cuidado do Estado e só poderiam ser obtidas por meio da compra junto ao governo. O trabalhador ficava restrito a se sujeitar às condições impostas pelos donos de terra, num momento em que se lançava as bases sólidas do trabalho assalariado como relação de produção predominante no Brasil. A terra foi transformada em mercadoria, e sua posse estava juridicamente assegurada para aqueles que já a dominavam no antigo cenário fundiário brasileiro, instaurando uma política agrária excludente que persiste até os dias atuais.

É necessário ressaltar a estreita relação que passou a existir de maneira acentuada a partir desse momento entre política, capital e espaço. Mesmo que aqui sejam referidos fatos relativamente distantes, é bastante evidente o peso que essa relação possui ainda hoje: permitindo a transformação da terra em mercadoria, assumidamente, o Estado garantiu o avanço do modo de produção capitalista, lançando as bases de sua ação na sociedade e respaldando por lei as suas consequências.

Desse modo, os trabalhadores excluídos da possibilidade de aquisição de terra para a sua subsistência migravam para os núcleos urbanos, onde se tornavam assalariados e começavam a fazer parte do ciclo de produção e circulação de mercadorias. É preciso ressaltar a relação entre a industrialização e a urbanização: se antes as aglomerações urbanas eram espalhadas pelo território brasileiro como ilhas, a produção de mercadorias e otimização de sua distribuição forçam o desenvolvimento de um mercado mais unificado, mesmo com as dificuldades de um país fracionado que dificultasse o completo êxito. Lefebvre nos traz que a urbanização e a industrialização estão profundamente interligadas, sendo a industrialização o processo indutor e a urbanização e a problemática do urbano os efeitos induzidos (LEFEBVRE, 2001, p.11). Para o autor, a industrialização é, há um século e meio, o motor de

transformações da sociedade, fornecendo um ponto importante para a interpretação da realidade atual, do que denomina *sociedade urbana*.

Nessa perspectiva, a produção cafeeira que tomou impulso em 1830, foi parte ativa no desenrolar da industrialização e ditou os rumos do desenvolvimento urbano e regional. Para exemplificar essa condição, cidades como Vassouras, Bananal e Juiz de Fora foram criadas durante a primeira fase da expansão cafeeira e encontraram o seu declínio em conjunto com o declínio da produção do café. Já na segunda fase da expansão, foi consolidada a predominância do centro-sul na economia do país. Embora grandes quantidades de café - e também de outros itens, como a borracha, o cacau e o fumo – fossem exportadas, a economia do Brasil era frágil e instável, o que dificultava a execução de uma política voltada para a industrialização. Dessa maneira, o capital financeiro e comercial estrangeiro, que ditava os rumos das exportações, foi responsável também por boa parte do investimento em infraestruturas, como ferrovias e portos. Tais investimentos, combinados com regiões onde a dinâmica econômica era maior, resultou em uma expansão das cidades que atraía cada vez mais indivíduos.

Com a industrialização emergindo no Brasil, favorecida pelo desenvolvimento da indústria cafeeira, foi preciso reorganizar a dinâmica de trabalho em questão aos padrões urbanos que também se desenvolviam cada vez mais. O acelerado crescimento urbano demandou uma gama de serviços até então inexistentes no espaço urbano em formação, como moradia, transportes, abastecimento de água, entre outros. Para Maricato (1997), é nesse momento que se inaugura no Brasil o urbanismo que se consolidaria durante todo o século XX: "a modernização excludente, ou seja, o investimento nas áreas que constituem o cenário da cidade hegemônica ou oficial, com a consequente segregação e diferenciação acentuada na ocupação do solo e na distribuição dos equipamentos urbanos" (MARICATO, 1997, P. 30).

Para solucionar o problema da moradia nesse momento inicial da industrialização foram construídas as conhecidas vilas operárias. Elas eram construídas em continuidade com as fábricas, por seus proprietários, onde os trabalhadores alugavam ou compravam uma residência. Segundo Blay (1985) uma possível explicação para sua construção destas é que interessava ao proprietário capitalista produzir sem interrupções e sem crises provocadas pela falta de mão-de-obra. Assim, criando as condições gerais para a produção, investindo em habitação operária, garantia-se um fluxo produtivo constante, gerando maior lucro posterior. Também a proximidade das vilas e o fato do trabalhador adquirir a habitação diretamente de seus patrões permitiu a estes um maior controle da rotina de seus empregados, garantindo um

maior compromisso com a fábrica: "A vila operária é um dos bens em que o capital privado investe para tornar possível *armazenar* a força de trabalho livre necessária à produção" (BLAY, 1985 p. 40). Muitas empresas ainda construíam pequenos núcleos com o oferecimento de serviços básicos urbanos por conta da distância entre outros locais e a falta de transportes. De acordo com Kowarick (1993), tal procedimento só pôde existir enquanto a mão-de-obra necessária era razoavelmente baixa e os terrenos baratos, o que permitia que os salários fossem diminuídos e até o tempo de trabalho aumentado.

Com o rápido crescimento no número de trabalhadores urbanos, muitos dos quais eram imigrantes vindo em busca de oportunidades de empregos, recém saídos das fazendas de café, houve um aumento na demanda por moradia na cidade. De acordo com Blay (1985), a última década do século XIX marcou São Paulo do ponto de vista demográfico, ressaltando que nesse mesmo período surgiram 41 municípios, expandindo a rede urbana em torno da capital. Sendo assim, com o aumento populacional, concomitante à valorização no custo dos terrenos, a construção de vilas operárias se tornou inviável aos lucros dos empregadores, que transferiram os custos da moradia para o trabalhador e o custo dos serviços de infra-estrutura urbana diretamente para o Estado.

Portanto, crescia a população e crescia a demanda por habitações, aumentando também o valor dos aluguéis e terrenos. Através de uma análise no ganho salarial médio na época e o ônus com o aluguel, Blay (1985) afirma que pelo menos metade da remuneração do trabalhador já era comprometida com seu custo. A opção mais acessível na região central era a habitação em cortiços, onde um número elevado de indivíduos ocupava um mesmo cômodo, utilizando os mesmos espaços comuns e compartilhando os banheiros. Assim, proliferavam-se os cortiços no centro de São Paulo, marcando a paisagem urbana:

Até os anos 1930-1940, o destino habitacional da maioria dos pobres só poderia ser o cortiço, pois eram raras as vilas operárias e as 'casa unifamiliares e higiênicas' de aluguel mostravam-se incompatíveis com as remunerações do trabalhador assalariado ou autônomo. Aponte-se também que a construção de moradias na época mostrava-se inviável, porque as técnicas construtivas requeriam trabalho altamente qualificado, bem como, nas áreas centrais próximas aos locais de emprego, o preço da terra vedava o acesso às camadas de baixa renda ao aluguel de habitações unifamiliares (KOWARICK, 2009, p. 112).

É preciso ressaltar que, ao mesmo tempo em que aumentava a demanda por habitação por parte do operariado, também era necessário atender as camadas da burguesia. O espaço urbano de São Paulo, antes repartido por chácaras pertencentes aos grandes barões do café é

transformado mais vez com o loteamento destas, aumentando a comercialização de terrenos. Dessa maneira, a distribuição desse espaço se deu nos seguintes moldes: as vilas operárias eram construídas próximas às ferrovias que, por sua vez, se localizavam em um terreno mais desvalorizado na zona de várzea inundável do Tamanduateí, constituindo bairros ditos essencialmente fabris e operários, como o Brás, a Mooca e o Bom Retiro; os cortiços, em sua maioria, obedeciam essa mesma localização por conta da proximidade às fábricas - mas não se restringiram apenas à essa porção. Por último, o que se conformariam como os bairros mais nobres, foram os terrenos loteados nas áreas mais altas e distantes das fábricas. Assim, a estrutura espacial vai se formando, associada diretamente à diferenciação social.

Nesse contexto, têm-se a moradia passando a ser mediada pelas relações econômicas do mercado imobiliário. Leis e normas, como o Código de Posturas de 1886 e o Código Sanitário de 1893, foram elaboradas para desfazer e demolir os cortiços, em um período marcado pelo higienismo e sanitarismo. Tais medidas, apoiadas em leis, se mostraram bastante convenientes para os desdobramentos que se seguiriam. A opção restante para a população mais pobre, incapaz de arcar com o constante encarecimento dos aluguéis, imóveis e terrenos centrais, foi seu afastamento para as áreas periféricas da cidade. Conforme Kowarick, denominam-se periferias os "aglomerados distantes dos centros, clandestinos ou não, carentes de infra-estrutura, onde passa a residir a crescente quantidade de mão-de-obra necessária para fazer girar a maquinaria econômica" (1980, p.35). As residências periféricas eram, em maioria, construídas pelos próprios proprietários, resultando em construções precárias, com uma ocupação desordenada e em áreas de risco, tudo devido à negligência e desinteresse do poder público em responsabilizar-se pela situação.

Enquanto isso, o mercado imobiliário traçava o desenho urbano segundo seus critérios e mecanismos, sendo a retenção especulativa de terrenos o mais marcante. A retenção especulativa de terrenos, ou especulação imobiliária, consistiu em deixar áreas próximas ao centro à espera da valorização adquirida através da instalação de serviços públicos, enquanto as áreas mais distantes eram ocupadas pelas parcelas mais pobres da população:

A especulação imobiliária (...) adotou um método, próprio, para parcelar a terra da cidade. Tal método consistia (e consiste) no seguinte: o novo loteamento nunca era feito em continuidade imediata ao anterior, já provido de serviços públicos. Ao contrário, entre o novo loteamento e o último já equipado, deixava-se uma área de terra vazia, sem lotear. Completado o novo loteamento, a linha de ônibus que o serviria seria, necessariamente, um prolongamento a partir do último centro equipado. Quando estendida, a linha de ônibus passa pela área não loteada, trazendo imediata valorização. O mesmo ocorreria (e ocorre) com os demais serviços públicos: para servir o ponto extremo loteado, passariam por áreas vazias,

beneficiárias imediatas de melhoramento público (CARDOSO, CAMARGO E KOWARICK, 1973, p. 9-10 *apud* KOWARICK, 1993, P. 36-37)

Assim, o processo fez com que a expansão urbana se desse de maneira desigual e servisse perfeitamente ao lucro das empreiteiras, como continua ocorrendo. A retenção especulativa de terrenos, ou especulação imobiliária, é um exemplo claro da aliança interna existente entre ação governamental e o setor privado, onde o primeiro segue o roteiro posto pelo segundo. Hoje esse mecanismo é forte nas áreas centrais de São Paulo, onde há imensos lotes desocupados à espera do melhor momento para ser lançado no mercado.

Nesse contexto, o mercado imobiliário chegou com uma força arrasadora sobre o espaço urbano, tratando a cidade como uma mercadoria e, como toda mercadoria, ela passou a ser moldada segundo os lucros possíveis de serem adquiridos. Campos Filho (2001) também contribui com sua definição de especulação imobiliária, afirmando que ela deve ser analisada como "[...] uma forma pela qual os proprietários de terra recebem uma renda transferida dos outros setores produtivos da economia, especialmente através de investimentos públicos na infraestrutura e serviços urbanos [...]" . Assim, os imóveis ociosos no centro da cidade de São Paulo são estratégicos e pensados sobre a lógica do lucro.

Uma característica muito relevante dos núcleos urbanos é o fato do valor de sua terra ser ligado à localização, diferente do campo, onde a terra vale o tanto que produz. Lojkine afirma que isso ocorre pela "[...] propriedade que o próprio espaço urbano tem de fazer com que os diferentes elementos da cidade se relacionem entre si (LOJKINE, 1981, p.154 *apud* VILLAÇA, 2012, p. 31). Essa propriedade não é dada pela natureza, mas, mais uma vez, se trata do produto do trabalho humano agindo coletivamente, por meio das relações de produção. Têm-se então, por fim, que o valor do terreno urbano é dado pelas características existentes fora dele e, mais ainda, pela qualidade das mesmas. Por isso, não compra-se apenas o terreno ou a construção, em si: compra-se um apanhado de aspectos compostos por locais e infra-estrutura que qualificam tal terreno, compra-se a localização.

Desse modo, há uma diferença entre o valor cobrado pelo terreno de acordo com sua localização. Conforme o Índice FipeZap<sup>2</sup> de 2016, o valor médio do metro quadrado em São Paulo é de 8.585,00 reais, ficando atrás apenas do Rio de Janeiro no que se refere ao território brasileiro. Entretanto, o custo para se morar na Vila Conceição é de R\$ 16.124,00/m<sup>2</sup>,

---

<sup>2</sup> Disponível em: <http://fipezap.zapimoveis.com.br/em-2016-preco-medio-do-metro-quadrado-perde-da-inflacao-em-todas-as-cidades-pesquisadas/>. Acesso em 02 de dezembro de 2016.

enquanto em Itaquera é de R\$ 4.419,00/m<sup>2</sup><sup>3</sup>: uma diferença gritante entre o mais caro e o mais barato. Diante desses dados é possível concluir duas coisas: primeiramente, o preço médio para se morar em São Paulo é bastante elevado, o que implica na dificuldade de acesso à moradia urbana para boa parte da população; além disso, tamanha diferença conduz à inferência de que existem grandes vantagens em se morar no primeiro em detrimento do segundo. Por isso, torna-se necessário aprofundar-se um pouco no tema da desigualdade.

## 2.2 Cidade: para quem?

O Brasil figura entre os países mais desiguais de todo o mundo. Estudos baseados em declarações tributárias entre o período de 1933 a 2013<sup>4</sup> concluíram que o 1% dos indivíduos mais ricos do país concentram 27% de toda a renda. Em outras palavras, 1/100 das pessoas detém 1/4 da renda total em território brasileiro. O mesmo estudo demonstra que a melhora significativa na vida dos mais pobres nos últimos anos, por conta de incentivos do Estado e programas sociais, não foi acompanhada pela queda na desigualdade, uma vez que a concentração de renda permaneceu ocorrendo entre os mais ricos.

A desigualdade social se insere em muitos problemas urbanos, sendo, um deles, a carência habitacional que sofre boa parte da população. A análise feita pela Fundação João Pinheiro entre 2007 e 2008 indica que há no Brasil um déficit habitacional quantitativo de 6.273.000 famílias, cerca de 22 milhões de pessoas (BOULOS, 2012), o que corresponde à 10% da população sem-teto no país. Em contrapartida, a pesquisa demonstra que há 7.351.000 de imóveis vazios em todo o território nacional, pelo que se conclui que o problema habitacional no Brasil não se relaciona diretamente à falta de moradias. Boulos (2012) ainda lembra que esse número não engloba casas de praia ou chácaras que são propriedades ocasionais de alguns indivíduos, mas tratam-se de lugares permanentemente desocupados, utilizados pela especulação imobiliária. Desse modo, o que explica, em grande parte, essa situação é a desigualdade social, decorrente do gritante desequilíbrio na distribuição de renda.

Considerando o espaço como um produto, socialmente produzido pela ação humana, é possível dizer que as cidades são capazes de expressar a realidade social, econômica e política vigente em muitos aspectos. Um dos aspectos mais marcantes seria nas formas como o espaço urbano se organiza, suas estruturas, a conformação de suas residências, centros comerciais e

---

<sup>3</sup> Disponível em: <http://vejasp.abril.com.br/materia/os-bairros-mais-caros-e-baratos>. Acesso em 02 de dezembro de 2016.

<sup>4</sup>Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/economia/brasil-um-dos-paises-mais-desiguais-do-mundo>. Acesso em 16 de outubro de 2016.

industriais. Os contornos inseridos no espaço dizem muito sobre a sociedade que ali existe, além de colaborar no entendimento dos fatos e transformações históricas. No caso de São Paulo e de muitas outras cidades são expressadas espacialmente as consequências da má distribuição de renda através de questões como a violência, a miséria, a falta de moradia, o uso e venda de drogas, entre outros, sendo muitas as questões sociais que trazem em sua base a desigualdade como grande fomentadora. Conforme Maricato “é impossível esperar que uma sociedade como a nossa, radicalmente desigual e autoritária, baseada em relações de privilégio e arbitrariedade, possa produzir cidades que não tenham essas características” (MARICATO, 2001, p. 51).

Nessa perspectiva, à manifestação espacializada da desigualdade, Villaça (2012) dá o nome de segregação. O autor define a segregação como "um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões gerais ou conjuntos de bairros da metrópole" (VILLAÇA, 2012, p. 43). Na cidade de São Paulo é evidente a distinção entre os bairros e distritos, muitas vezes podendo ser avaliados segundo a classe social predominante. O desnível entre as características do espaço urbano entre os mais pobres e os mais ricos é alarmante, uma vez que quem detém o poder na cidade pode decidir onde morar. Mais ainda, quem detém o poder é capaz de ditar os rumos das transformações urbanas, atendendo aos interesses que lhe convierem. Assim, esse desnível aplica-se, além das condições de moradia. Aplica-se aos serviços disponíveis, como qualidade e extensão das linhas de transporte, sistema de distribuição de água e tratamento de esgoto, equipamentos públicos, como escolas, museus, teatros, centros de especialização etc. Além, é claro, da maior ou menor exposição a situações de "desconforto", como índices de violência, roubo, mortes e acidentes de diversas possibilidades.

A segregação implica em diferenciação dos espaços vividos e concebidos de acordo com alguma característica socialmente desigual. Sendo assim, gera certos padrões espaciais que seguem uma lógica: "O espaço urbano é estruturado, quer dizer, ele não está organizado ao acaso, e os processos sociais que se ligam a ele exprimem, ao especificá-los, os determinismos de cada tipo e de cada período da organização social" (CASTELLS, 1942, p. 146). Conforme Negri (2008), a segregação socioespacial não é um fenômeno exclusivo da sociedade capitalista atual, mas também vivenciou-se suas expressões desde a antiguidade, nas cidades gregas e romanas, por exemplo, que possuíam estruturas sociais hierárquicas rígidas, definidas social, política e economicamente. Desse modo, Peter Marcuse (2004) aponta a existência de um padrão histórico de tipos de segregação:

1. Há uma **divisão cultural**, que se realiza por meio da língua, das características étnicas, da religião, país ou nacionalidade;
2. Há uma **divisão funcional**, pressuposta pela lógica econômica, que gera bairros predominantemente comerciais, residenciais, áreas rurais e industriais;
3. e por fim, há a **divisão baseada na diferença de status hierárquico**, resultado e reflexo das relações de poder na cidade. Pode ser representada pela distribuição diferenciada dos serviços públicos pelo Estado, priorizando certas áreas em detrimento de outras, e também pela existência dos condomínios fechados.

Castells (1983) traz que a segregação trata-se de uma "tendência à organização do espaço em zonas de forte homogeneidade social interna e com intensa disparidade social entre elas" (1983, p.210). Assim, é um produto de algum tipo de diferenciação social, sendo essa diferenciação específica de acordo com o tipo de sociedade vigente e aquilo que é valorizado por ela - costumes, língua, acumulação monetária, cidadania etc. Dessa forma, para o autor, não há teoria do espaço que não seja parte de uma teoria social geral. É importante ressaltar que, embora na cidade de São Paulo, por exemplo, a segregação segundo classes sociais seja a mais marcante, isso não impede que ocorram outros tipos de segregação, como a que se observa pela existência de áreas de predomínio de imigrantes de determinados países, áreas de concentração de refugiados, entre outras:

A distribuição dos locais residenciais segue as leis gerais da distribuição dos produtos e, por conseguinte, opera os reagrupamentos em função da capacidade social dos indivíduos, isto é, no sistema capitalista, em função de suas rendas, seus status profissionais, de nível de instrução, de filiação étnica, da fase do ciclo de vida, etc (CASTELLS, 1983, p.210)

Outro ponto importante a se ressaltar é que a segregação socioespacial é um fenômeno extremamente relacionado à segregação residencial, mas não limitado à esta. Como sugere Pereira e Sampaio (2003), deve-se considerar o habitar não somente reduzido à residência, mas pensá-lo na generalização dos serviços e equipamentos do entorno. Possuir uma habitação, onde possa-se residir com tranquilidade e sem exposição a riscos é fundamental, contudo, repensar a segregação urbana perpassa por repensar os moldes da cidade que se têm, repensar as estruturas instaladas e repensar as localizações. A habitação, assim, não é um tema que encerra-se em si, mas cobra que se reflita sobre as diferentes apropriações do espaço urbano. A segregação é um mecanismo de reprodução social que exige uma reflexão mais

profunda do que a organização física urbana, remetendo aos padrões de reprodução das relações sociais, com fortes inclinações à perpetuação da desigualdade.

O primeiro modelo teórico formulado para explicar como se dava a distribuição espacial das classes sociais, e que se conformou como a forma tradicional de abordar a segregação urbana nas cidades, foi o do geógrafo alemão J. G. Kohl, em 1841. O período em que o modelo foi elaborado era o de uma Europa ainda no início de sua industrialização, onde a estrutura urbana se desenvolvia e ainda não era profundamente marcada pelos efeitos do capitalismo. Dessa forma, segundo Kohl, a cidade estaria dividida em anéis concêntricos: a elite ocuparia o centro e, os mais pobres, ficariam nas periferias. De acordo, com Corrêa (2004), a lógica deste padrão se dava por uma mobilidade intra-urbana ainda reduzida e precária e, assim, a localização das elites junto ao centro ocorria pela acessibilidade às fontes de poder e prestígio, uma vez que lá estavam as mais importantes instituições da cidade.

Outras contribuições acerca da segregação urbana vieram por intermédio de nomes expoentes da chamada Escola de Chicago, também chamada de Escola de Ecologia Humana<sup>5</sup>. E. Burgess, em 1920, sugere outro modelo, com base nas grandes cidades norte-americanas. O modelo de Burgess manifesta um ideia contrária a de Kohl, generalizando um padrão de segregação onde os mais pobres estão no centro e a elite habita as periferias. Isso teria ocorrido pela busca das camadas mais ricas por qualidade de vida e segurança, enquanto as áreas centrais eram desvalorizadas e sub-ocupadas pelas camadas de baixa renda, como trabalhadores humildes e imigrantes recém chegados.

Dessa forma, Burgess e Kohl propõem modelos de distribuição espacial urbana opostos. Corrêa (2004) sugere que a explicação para essa diferença esteja pautada em uma "progressão", onde a cidade caracterizada por Kohl, depois de passar pela fase industrial do capitalismo, se moldaria de maneira mais similar ao modelo de Burgess. Assim, as formas de organização urbana foram mudando à medida que a cidade se industrializava.

Um terceiro modelo proposto foi o de H.Hoyt, em 1939, que buscou rever as proposições de Burgess, baseando-se também nas cidades norte-americanas. Sendo economista, Hoyt baseou-se em dados empíricos para formular seu modelo, atentando-se para

---

<sup>5</sup> De acordo com Corrêa (2004), a Escola de Chicago constitui uma tentativa de transposição dos princípios básicos da ecologia para o urbano. Trata-se de uma interpretação naturalista da sociedade e do espaço, sendo um exemplo de aplicação do darwinismo social de Herbert Spencer. A Escola de Chicago foi alvo de inúmeras críticas, porém, suas contribuições no que se refere à análise e estudo do espaço urbano são muito importantes e influenciaram diversos outros trabalhos posteriores.

a relação entre os preços de aluguéis de residências e locação de terrenos urbanos e as características sobre a habitação<sup>6</sup>, chegando a conclusão que a variação dos preços poderiam colaborar no entendimento do padrão estrutural das zonas residenciais. Assim, a segregação não se daria seguindo a referência dos círculos concêntricos, mas em setores a partir do centro, onde a camada mais rica ocuparia o setor de maiores amenidades, cercadas pelo setor de classe média. Do lado oposto, estaria localizado o setor da população mais pobre.

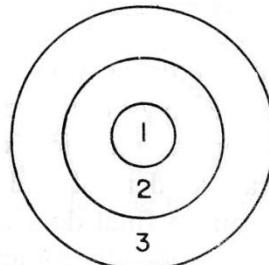
De fato, o que a teoria de Hoyt traz é que a expansão urbana encaminha-se de modo que a classe mais rica ocupa o lugar na cidade com menos desconfortos, à sua preferência, assim orientando todo o processo e ditando a localização da população de médio e baixo poder financeiro. Corrêa (2004) afirma que a lógica do modelo de Hoyt está na tendência auto-segregativa dos mais ricos, que se expande ao longo de um eixo que recorta as melhores áreas da cidade para se viver, estabelecendo controle sobre o território urbano e determinando a localização dos demais setores.

---

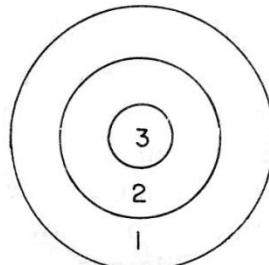
<sup>6</sup> RACINE, 1971, p. 402-403

**Figura 1- Esquemas clássicos de segregação residencial.**

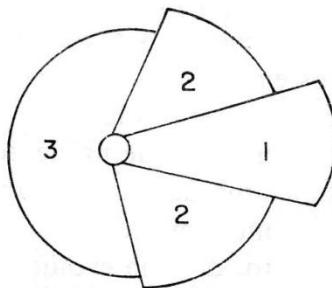
a-) Esquema de Kohl (simplificado)



b-) Esquema de Burgess (simplificado)



c-) Esquema de Hoyt (simplificado)



STATUS SOCIAL:  
1 - alto  
2 - médio  
3 - baixo

Fonte: Baseado em Corrêa (1993).

De acordo com Pateis (2013), as maiores críticas dirigidas a Kohl, Burgess e Hoyt são pautadas na falta de universalidade e ao anacronismo de seus modelos, uma vez que o cenário urbano é uma realidade repleta de mudanças políticas, econômicas e sociais a todo momento que refletem na distribuição e uso de seu solo. No entanto, Corrêa (2004) sugere que tais propostas possam ser utilizadas como possibilidades teóricas e não como padrões estáticos, podendo as três conviver entre si em um mesmo espaço urbano, sendo interpretadas de acordo com a ocasião. A coexistência destas, segundo o autor, é clara nas grandes cidades

latino-americanas. Utilizando o trabalho de Yujnovsky como referência (1993, p. 74), Corrêa afirma que pode-se dividir o desenvolvimento da cidade latino-americana em três períodos:

1. Do século XVI até 1850, referindo-se ao período colonial, a cidade era figurada conforme o padrão de Kohl, com a elite no centro.
2. A partir de 1850 até cerca de 1930, com o incremento industrial e a concentração urbana. Além disso, firmou-se uma classe dominante ligada à propriedade da terra e houve o aparecimento de meios de transporte mais eficientes, com a introdução de bondes e trens, que permitiram o surgimento de novas áreas residenciais mais distantes.
3. A partir de 1930 inicia-se o novo período, onde se acentuam os setores preferenciais da camada mais rica. Com a intensificação dos processos migratórios, entabula-se a periferização de maneira mais veemente entre os mais pobres, com autoconstruções e loteamentos populares, além da expansão de favelas.

Dessa maneira, conforme ocorrem transformações sociais, os modos de organização dos centros urbanos tendem a também se transformar, visto que para Pateis (2013) essa mudança nos padrões muito se explica pelo desenvolvimento industrial. No caso de São Paulo, durante o século XIX o centro foi o local da primazia, tendo sua importância diminuída por volta de 1940 a 1950 - o período de início do declínio da região central tradicional de São Paulo varia de acordo com cada autor. É necessário dizer que o abandono do centro pelas elites não significa que ele passou a estar acessível com todas suas possibilidades e qualidades para população mais pobre. Além disso, ressalta-se que existe uma diferença fundamental entre o sentido de periferia segundo Kowarick<sup>7</sup> e a periferia do modelo de Burgess: de acordo com o momento do desenvolvimento industrial e urbano, a região da periferia foi se tornando um lugar cada vez mais distante em relação ao centro. O abandono do centro pela camada mais rica não quer dizer que ela se retirou ao ponto de ter sua mobilidade ou qualidade de vida comprometidas pelas distâncias, uma vez que sempre pôde escolher onde habitar. Mas, pelo lado contrário, a periferização da camada mais pobre tratou-se de uma expulsão, sem possibilidade de opinar contra. Para compreender melhor essa conjuntura é preciso esmiuçar algumas considerações.

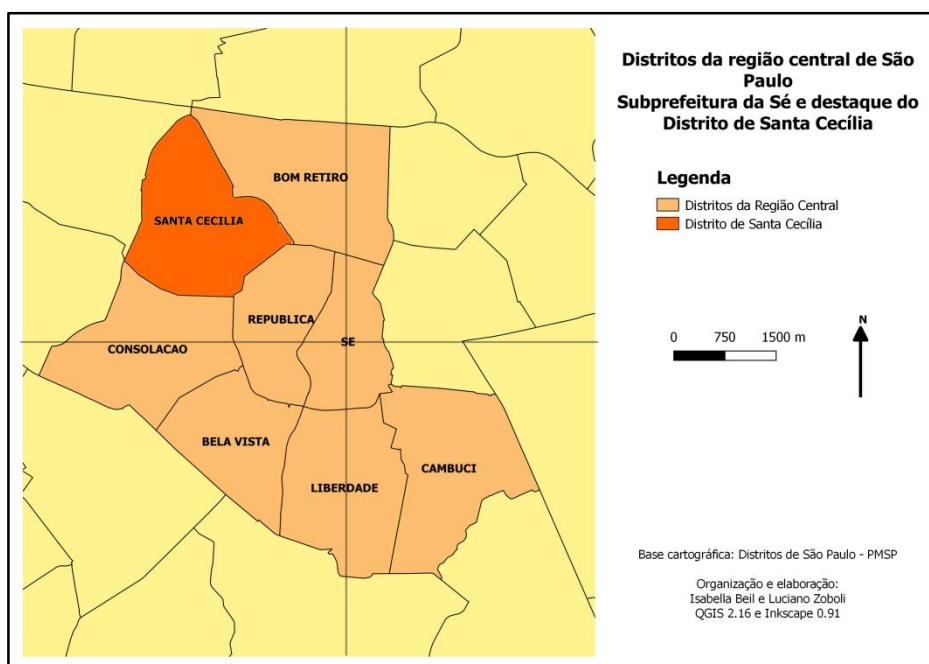
---

<sup>7</sup> "aglomerados distantes dos centros, clandestinos ou não, carentes de infra-estrutura, onde passa a residir a crescente quantidade de mão-de-obra necessária para fazer girar a maquinaria econômica" (1980, p.35)

## 2.3 Qual o centro de São Paulo?

Por finalidades didáticas, nessa pesquisa, cabe delimitar o que considera-se como área central da cidade de São Paulo. Seriam, assim, os distritos da Sé, República, Bom Retiro, Consolação, Santa Cecília, Bela Vista, Liberdade e Cambuci. Trata-se de uma região bastante heterogênea do ponto de vista econômico e social, com distritos de padrão mais elevado no que se refere à renda, como Consolação e Santa Cecília, e padrão mais rebaixado, como o Bom Retiro, ainda fortemente relacionado à atividade fabril. Contudo, reúnem alguns aspectos em comum que fazem com que sejam considerados "centrais", aspectos que serão tratados adiante.

**Figura 2 - Distritos da região central de São Paulo, 2016**



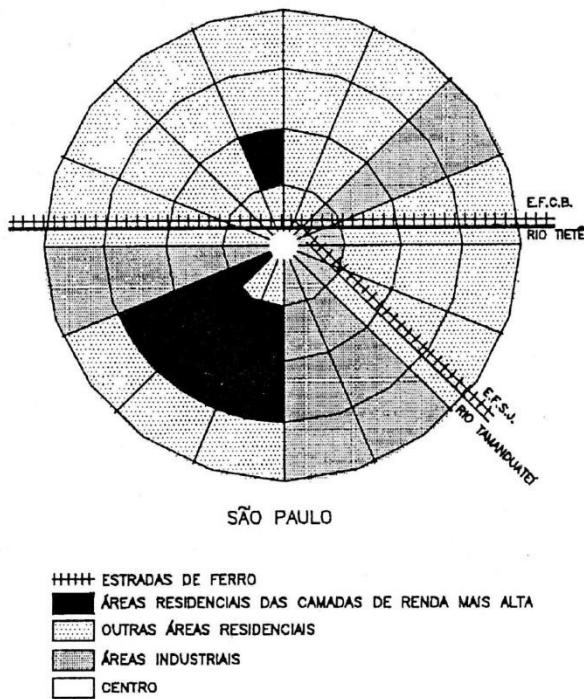
Contudo, o processo de "decadência do centro" teve início em meados da década de 1950, provocando mudanças na região. Antes local de moradia da elite brasileira, recheado de dinamismo econômico, cultural e demográfico durante o século XIX, o centro perde sua importância e passa por um esvaziamento. Kowarick (2009) aponta que o percurso da primazia urbana se deslocou do centro para a Paulista nos anos 1960-1970 e desta seguiu para a Faria Lima e Berrini, em um movimento de "saída das camadas de renda média e alta fundamentalmente para o Vetor Sudoeste da cidade, que recebeu vultuosos investimentos públicos como alargamento de avenidas, construção de pontes e viadutos, linha de metrô, além de novas formas de consumo, em especial *shoppings centers*" (KOWARICK, 2009,

p.103). Segundo o autor, tal transferência ocorreu principalmente devido à chegada massiva de um comércio diferenciado, restrições de trânsito, pedestrianização das ruas, aumentos de poluição sonora, visual e atmosférica e de queda na qualidade de vida de certas áreas, como nos entornos do Elevado Costa e Silva.

Assim, tornou-se comum dizer que o centro estava em deterioração. Para Villaça (2012), no entanto, um suposto centro em deterioração significava dizer que ele deixou de ser patrocinado pelas elites urbanas, responsáveis, juntamente com o mercado imobiliário e sua assimilação com a infra-estrutura do Estado, a ditar os rumos do desenvolvimento da cidade segundo seus interesses particulares. A partir do momento em que as condições desse centro principal não condizem mais com os hábitos de vida dos indivíduos mais ricos, ele é substituído por uma nova centralidade e por um novo sentido desta.

Uma nova distribuição espacial foi se conformando em São Paulo, muito próxima do modelo proposto por Hoyt, onde as classes sociais não mais dispõem-se espacialmente em círculos concêntricos, mas diferenciam-se em setores. Baseando suas conjecturas em Hoyt, Villaça (1998) propõe a existência de um modelo em que há uma tendência à segregação e setorização das camadas de alta renda no setor sudoeste da cidade. Assim, não caberia explicar a segregação socioespacial seguindo o esquema centro *versus* periferia, pois, referenciando-se nesse esquema o centro tenderia a se expandir de maneira uniforme, o que não se aplica à São Paulo:

**Figura 3 - Estrutura espacial de São Paulo segundo Hoyt.**



Fonte: Baseado em Villaça (1998)

Dessa forma teria surgido o que denominou-se "centro novo", que, como já dito, seguiu o trecho da Paulista, inicialmente, e hoje chegou até Berrini. Porém, é preciso entender que inserida nessa lógica do surgimento de uma nova centralidade perpassa uma visão um tanto quanto contraditória do que seria o "verdadeiro" centro de São Paulo, quais as suas finalidades, características e quem pode habitá-lo. Castells (1983) aponta que o centro deve ser compreendido, assim como a cidade, como produto das relações, capaz de exprimir as forças sociais em ação e a estrutura da dinâmica interna. Sendo assim,

Da mesma maneira que atualmente admite-se que o centro urbano não tem nada a ver com a centralidade geográfica numa área urbana, e que esta posição central, quando ela existe, é resultado de um processo funcional, deveria ser igualmente entendido que a concentração de certas funções e sua equidistância aproximativa com relação ao aglomerado, são apenas as consequências de um processo específico: o da expansão urbana acelerada segundo a lei do mercado (CASTELLS, 1983, p.275)

O que Castells indica é que a proximidade e a conformação do centro tal como ele é, seria diretamente associado ao processo de expansão urbana e os tipos de relações de

reprodução social que o moveram. O que ocorre é o ordenamento do espaço de acordo com as exigências do modo de produção capitalista (LEFEBVRE, 2016) e, o centro da cidade, sendo parte dela e existindo em relação ao todo, também se forma nesse contexto. Dessa maneira, diz-se que as aglomerações territoriais, sejam centrais ou periféricas, são estruturadas, seguem uma lógica, não se dão ao acaso: são fruto da reprodução das relações de produção, que engloba toda a práxis humana. Portanto, nenhum local é ou não é centro, mas *torna-se* a partir das relações sociais que produzem o seu significado de centralidade e, concomitantemente, produzem o não-centro (VILLAÇA, 1998, p.238).

Sendo a sociedade capitalista caracterizada pela distinção social, o status, baseado na acumulação de dinheiro e de mercadorias, é manifesto dizer que quem detém o poder nas cidades são os mais ricos. Assim, o grupo de maior renda concentra o poder econômico e, por consequência, o poder político e ideológico nos centros urbanos, ditando a organização do espaço. Dessa maneira, o deslocamento e concentração da camada mais rica da cidade teria um grande poder de atração da centralidade urbana enquanto símbolo, funcionalidade e lazer. Interpretando Villaça, Pateis (2013) conclui que a segregação das elites ocorre dessa forma porque esse arranjo lhe facilitaria o controle sobre o mercado e sobre o Estado, aglomerando e deslocando tanto os bens e serviços segundo sua demanda de consumo como atraindo os investimentos maiores em infra-estrutura.

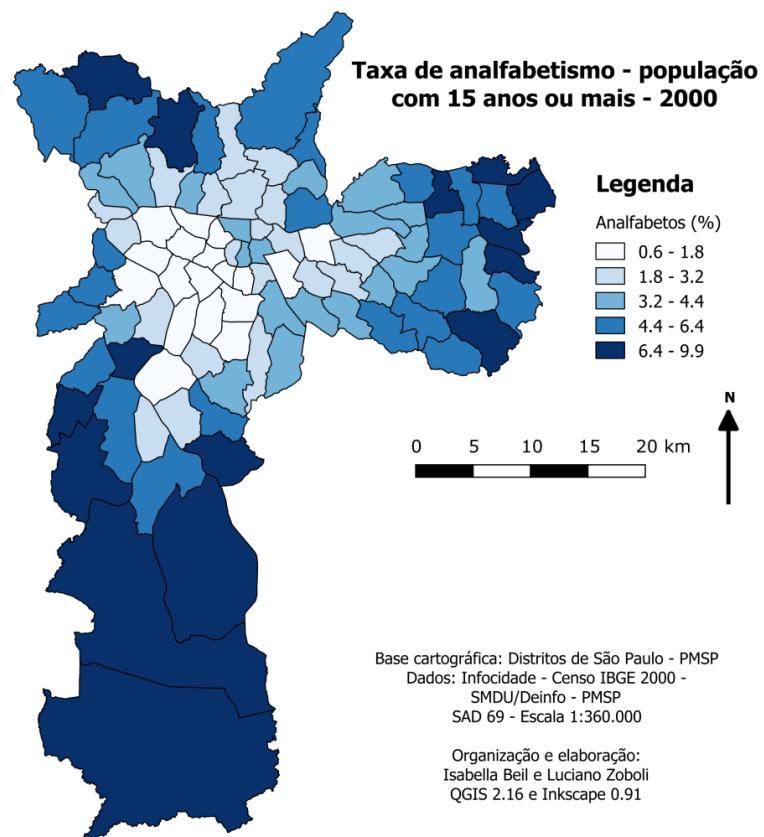
Para Gottdiener(1997), o espaço não pode ser reduzido apenas ao aspecto da localização física ou às relações da posse de propriedade. Mais do que isso, ele é a representação de uma multiplicidade de preocupações sociomateriais e uma expressão mental. O espaço seria ao mesmo tempo um objeto de consumo, um instrumento político e um elemento da luta de classes, ou seja, suas inter-relações são complexas e buscar entendê-lo seguindo apenas um desses fatores explicitados gera uma análise errônea. Sendo assim, enfatiza-se que para compreender o processo da segregação socioespacial, é necessário compreender a desigualdade política e social e, além disso, compreender quais são as suas raízes no desenvolvimento da sociedade e quais os mecanismos que fazem como que essa dinâmica continue se reproduzindo, como através da dominação por meio desse mesmo espaço.

Morar nas periferias de São Paulo hoje significa, acima de tudo, ter oportunidades desiguais e acesso dificultado às possibilidades do centro urbano. Refletindo por esse

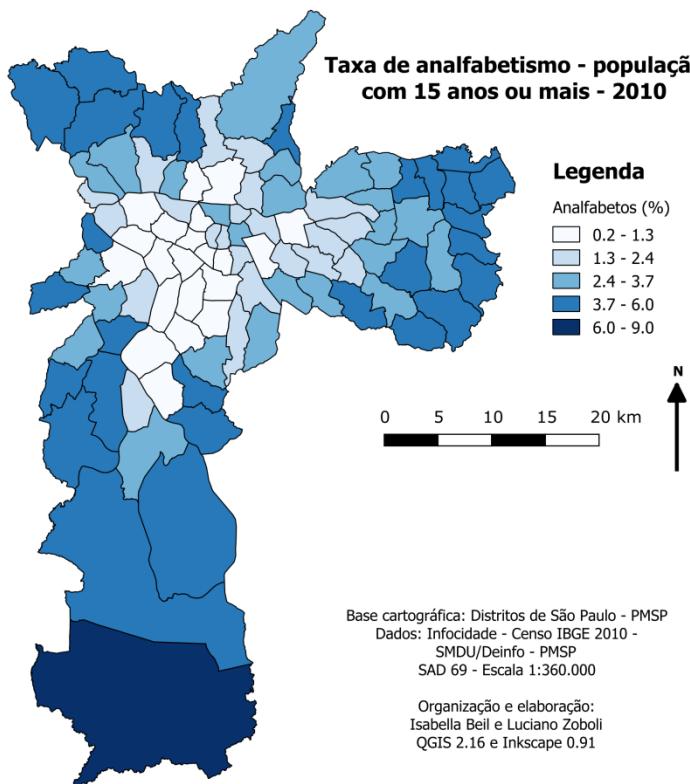
caminho, os mapas abaixo foram pensados de modo a conferir e explicitar essas desigualdades, a partir de elementos selecionados, como saúde, educação e renda.

### I. Educação e cultura:

**Mapa 1 - Taxa de analfabetismo - população com 15 anos ou mais - 2000**



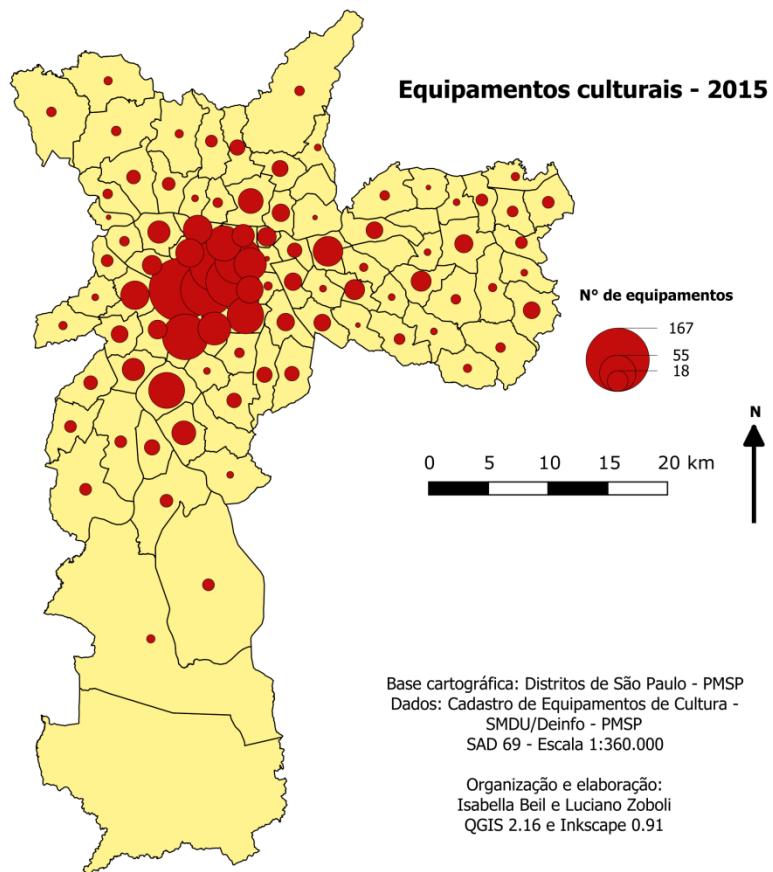
**Mapa 2 - Taxa de analfabetismo - população com 15 anos ou mais - 2010**



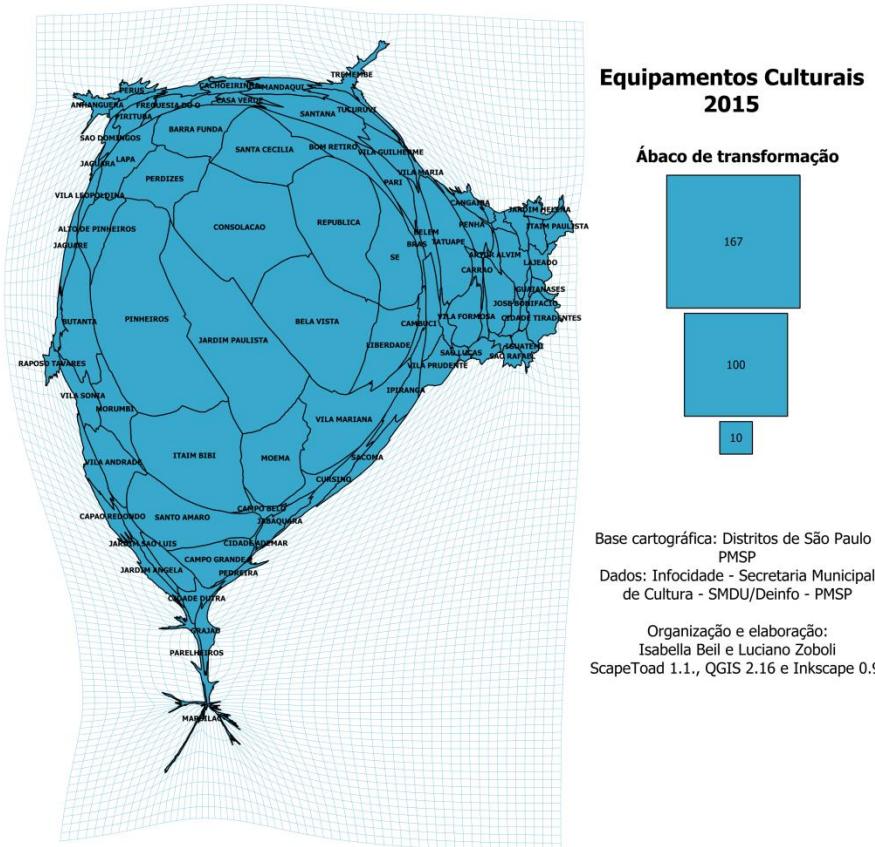
Os mapas 1 e 2 revelam uma taxa de analfabetismo muito menor na região central da cidade, em Santa Cecília, Consolação, Bela Vista e Liberdade, se estendendo para o quadrante sudoeste pelo Jardim Paulista, Pinheiros e Itaim Bibi, inicialmente. Também conclui-se que desde 2000, as taxas de analfabetismo diminuíram nas periferias, mas, em comparação ao centro tradicional e suas expansões à sudoeste, a desigualdade ainda é evidente. Abaixo, a relação entre a distribuição de equipamentos culturais pelo território da cidade também revela a concentração dos mesmos. A estas considerações, soma-se uma análise efetuada em 2014 com base nos dados da Prefeitura de São Paulo<sup>8</sup>, na qual constata-se que a subprefeitura da Sé e de Pinheiros concentravam, juntas, 51% dos equipamentos culturais da cidade. O mapa 4 trata-se de uma anamorfose referente ao tema, também apresentando aspectos do espaço geográfico desigual.

<sup>8</sup> Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/07/se-e-pinheiros-concentram-mais-da-metade-dos-pontos-culturais-de-sp.html>. Acesso em 30 de novembro de 2016.

Mapa 3 - Equipamentos culturais - 2015



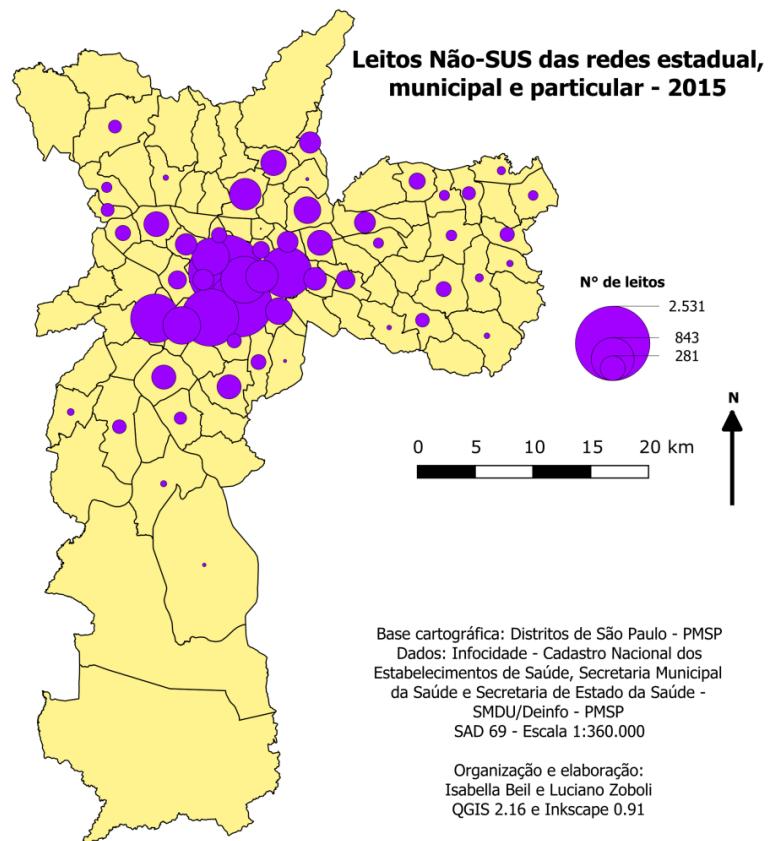
**Mapa 4 - Equipamentos culturais - 2015 - anamorfose**



## II. Saúde:

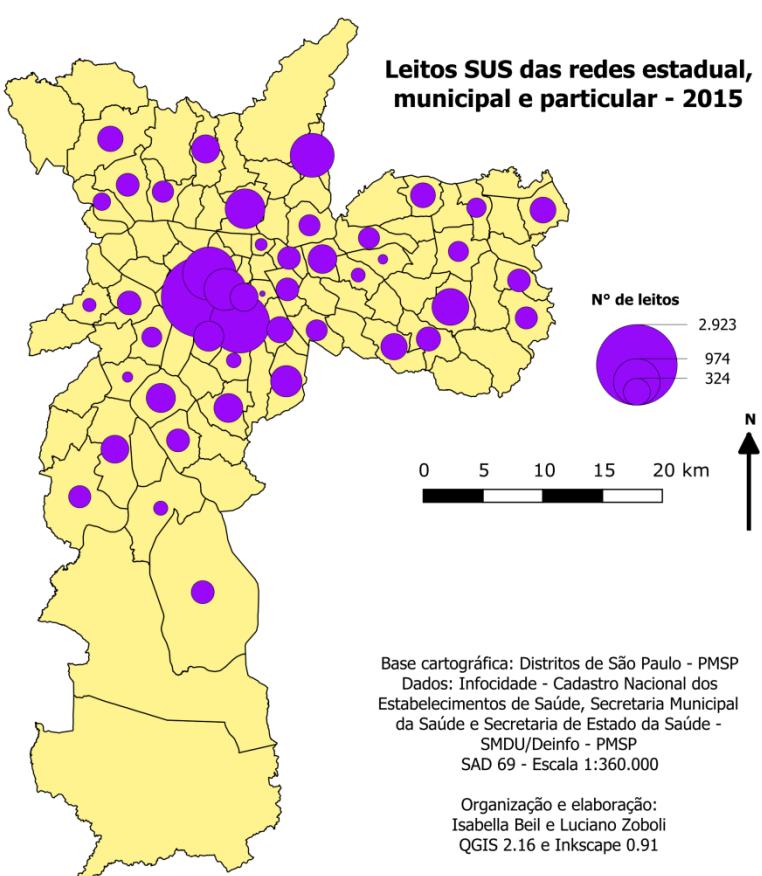
Em questão à quantidade de leitos disponíveis na cidade, os dados foram divididos em leitos do Sistema Único de Saúde (SUS) e o restante, observando uma situação semelhante ocorrer em questão à concentração na área central e o seguimento sudoeste:

**Mapa 5 - Leitos Não-SUS das redes estadual, municipal e particular - 2015**



**Mapa 6 - Leitos  
redes estadual,  
particular - 2015.**

SUS das  
municipal e



### **III. Quantidade de favelas:**

De acordo com Kowarick (2009), ao contrário do Rio de Janeiro, a favela é a última modalidade de moradia precária a surgir em São Paulo, tendo sido o cortiço a habitação popular mais comum no cenário urbano até meados de 1940. Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE):

Considera-se favela o aglomerado que apresenta parcial ou totalmente, entre outras, as seguintes peculiaridades: agrupamentos com mais de cinquenta unidades constituídos por barracos rústicos em terrenos de propriedades alheias, carentes de infra-estrutura básica e compostos de ruas não planejadas [...] (KOWARICK, 2009, p.223 *apud* PASTERNAK, 2001, p.35).

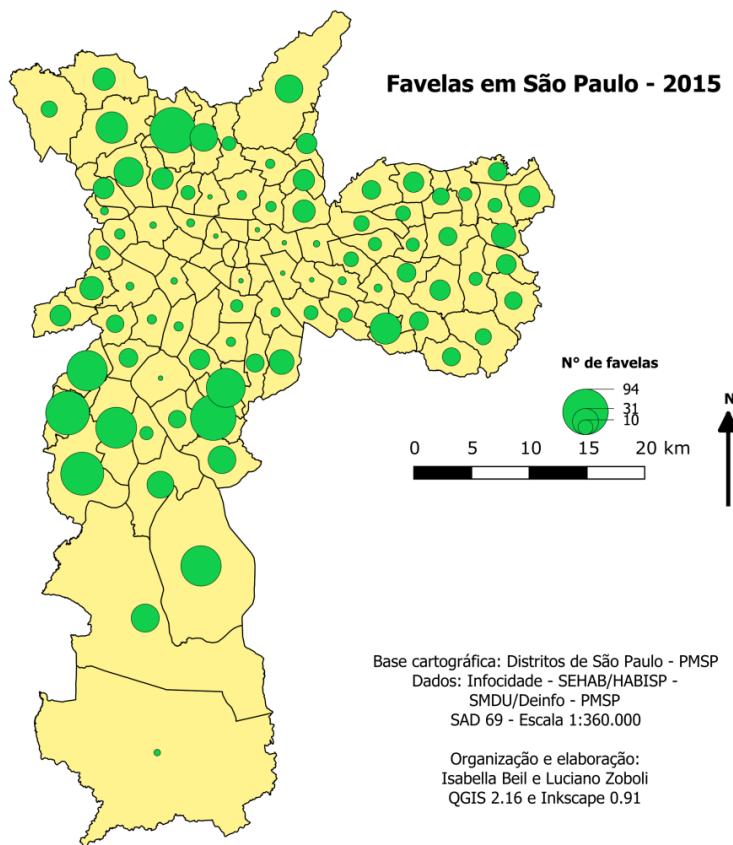
As favelas eram construídas próximas à área central até 1980. Contudo, a partir da gestão atribuída à Jânio Quadros, muitas delas foram sendo retiradas, como núcleos da Vila Olímpia e da Marginal Pinheiros. Na gestão de Paulo Maluf houve o caso mais conhecido, que tratou-se da expulsão de mais de 50 mil pessoas para a abertura da Avenida Jornalista Roberto Marinho<sup>9</sup>. Os indivíduos, na maior parte das vezes, são removidos por ações de pressão e violência e recebem o chamado "cheque-despejo", uma bolsa-aluguel temporária, passagens para mudar de cidade ou, simplesmente, nada. Além disso, esses auxílios concernem a valores irrisórios perto do custo necessário para um aluguel, fazendo com que os habitantes da favela despejada mudem para outra.

É imprescindível dizer que a remoção de favelas nas áreas centrais também constitui-se em um processo diretamente relacionado ao valor do solo urbano e à especulação imobiliária. O local onde antes se localizava a favela na Avenida Jornalista Roberto Marinho é, atualmente, uma das áreas mais valorizadas de São Paulo: no bairro do Brooklin o preço do metro quadrado alcança R\$ 11.000. Os mapas abaixo confirmam essas considerações, demonstrando que a quantidade de favelas é bem maior nas periferias.

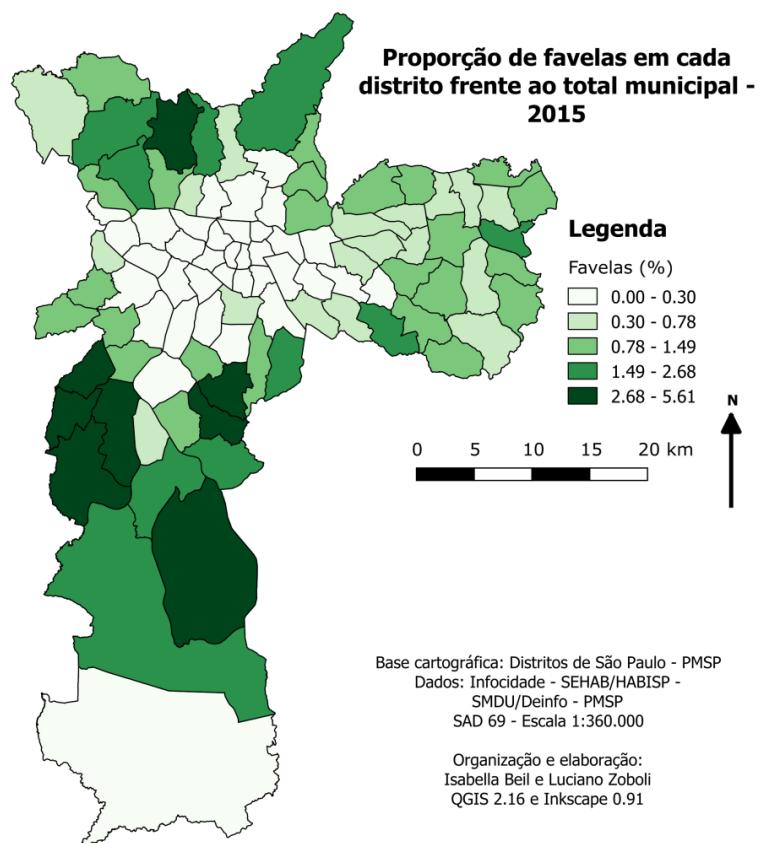
---

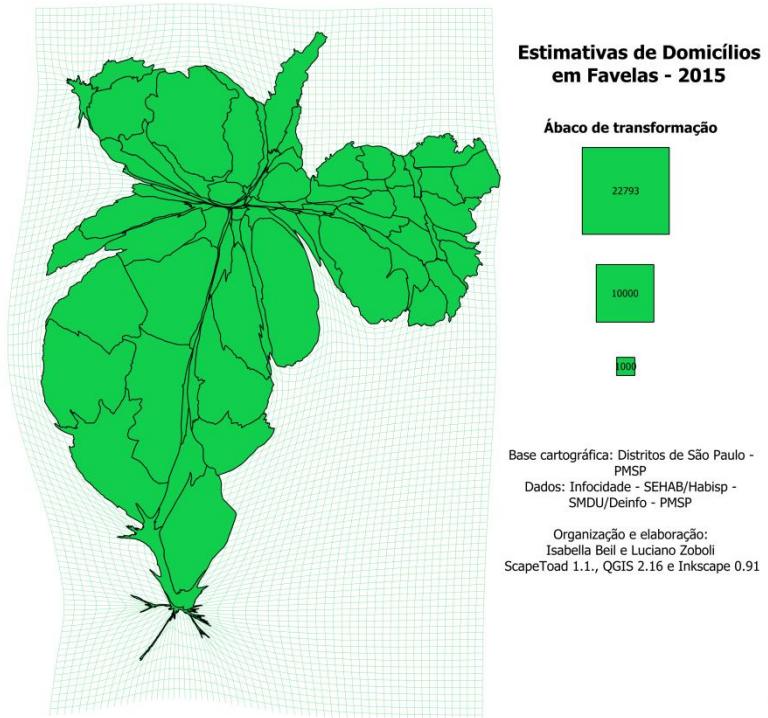
<sup>9</sup> Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2710201029.htm>. Acesso em 30 de novembro de 2016.

**Mapa 7 - Favelas em São Paulo - 2015**



**Mapa 8 - Proporção de favelas em cada distrito frente ao total municipal - 2015**

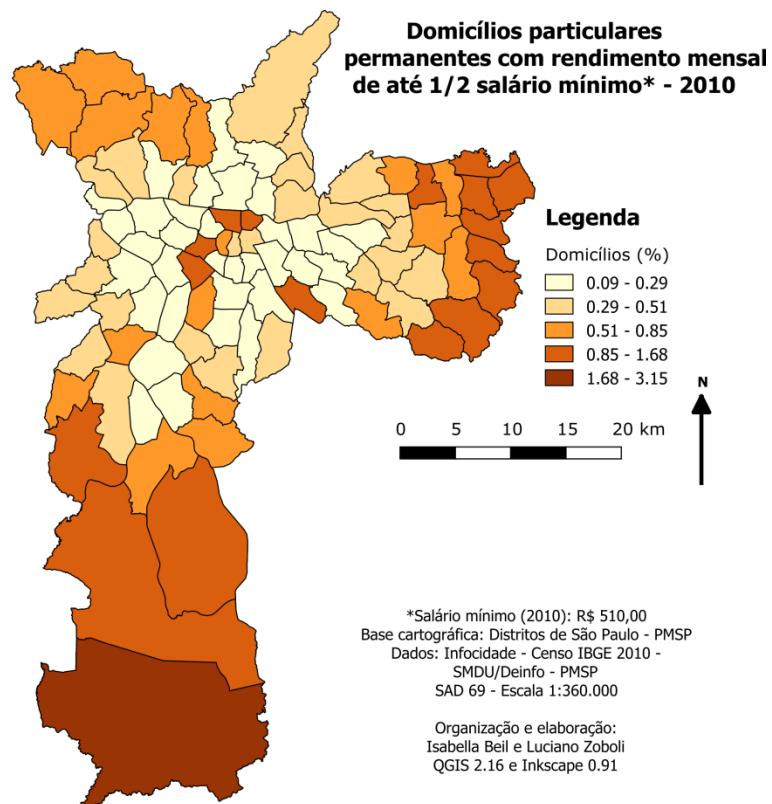




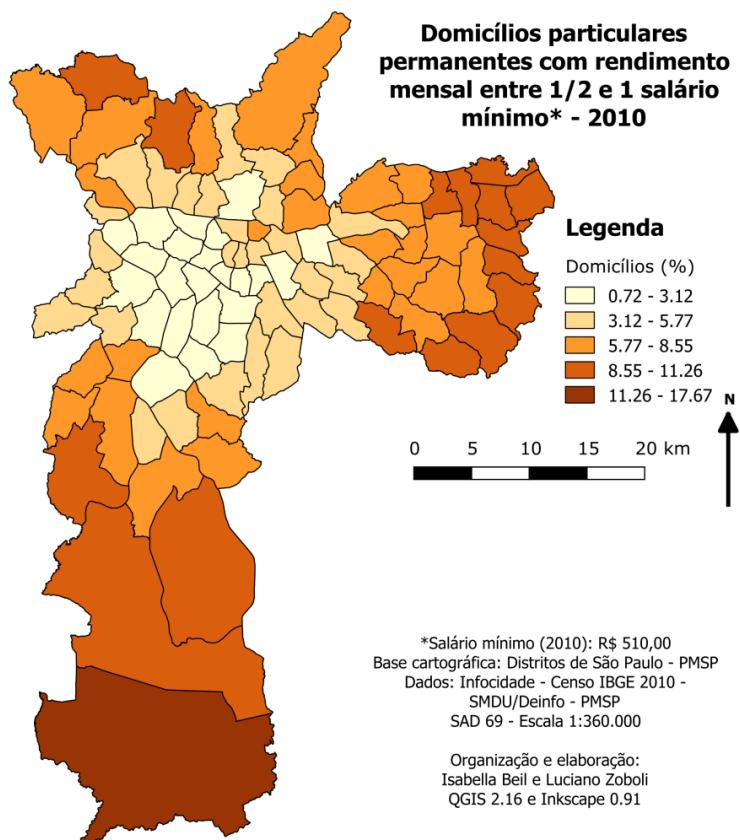
## VI. Renda:

Dividiu-se as categorias de renda em sete: até meio salário mínimo, de meio a um, de um a cinco, de cinco a dez, de dez a vinte e mais que vinte salários mínimos. Pela observação dos mapas abaixo percebe-se, inicialmente, que, nas três primeiras categorias, as extremidades do mapa estão mais evidenciadas pela tonalidade mais escura, indicando o predomínio nessas áreas de domicílios com renda entre meio e dois salários. Na quarta categoria (quarto mapa) ainda são as extremidades predominantemente escuras, porém, nota-se em avanço de nuances das tonalidades em relação às áreas centrais. A partir da quinta categoria constata-se um movimento contrário, onde as áreas centrais e parte do quadrante sudoeste estão ressaltadas, com destaque para a sexta categoria que evidencia-se mais ainda o centro e seu seguimento sudoeste. A última categoria, composta por domicílios com renda maior que vinte salários mínimos, está contemplada com notoriedade pelos distritos de Alto de Pinheiros, Morumbi e Moema. As anamorfoses que seguem-se aos mapas representam as mesmas categorias.

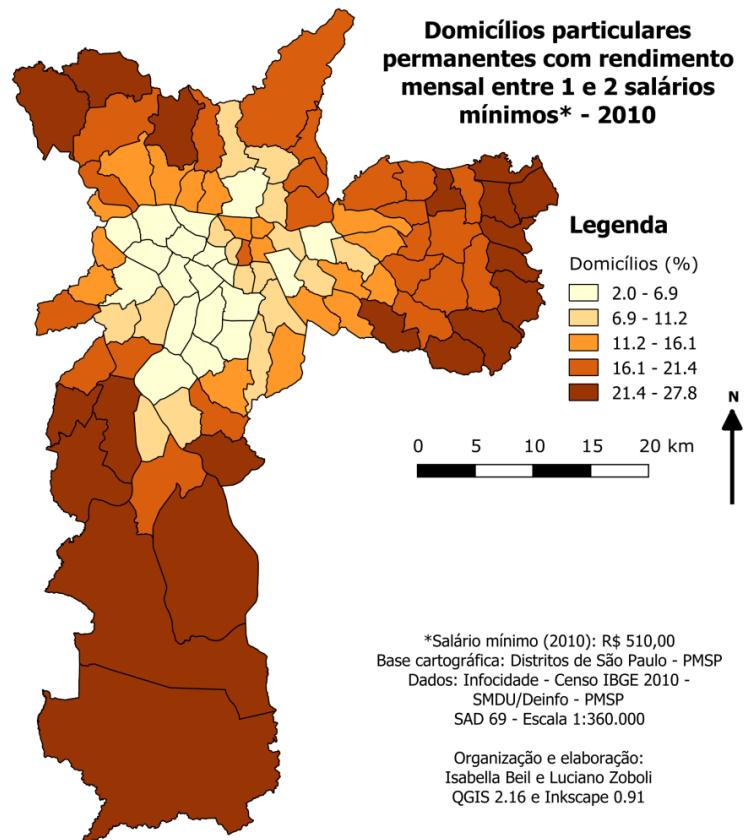
**Mapa 9 - Domicílios com renda de até 1/2 salário mínimo.**



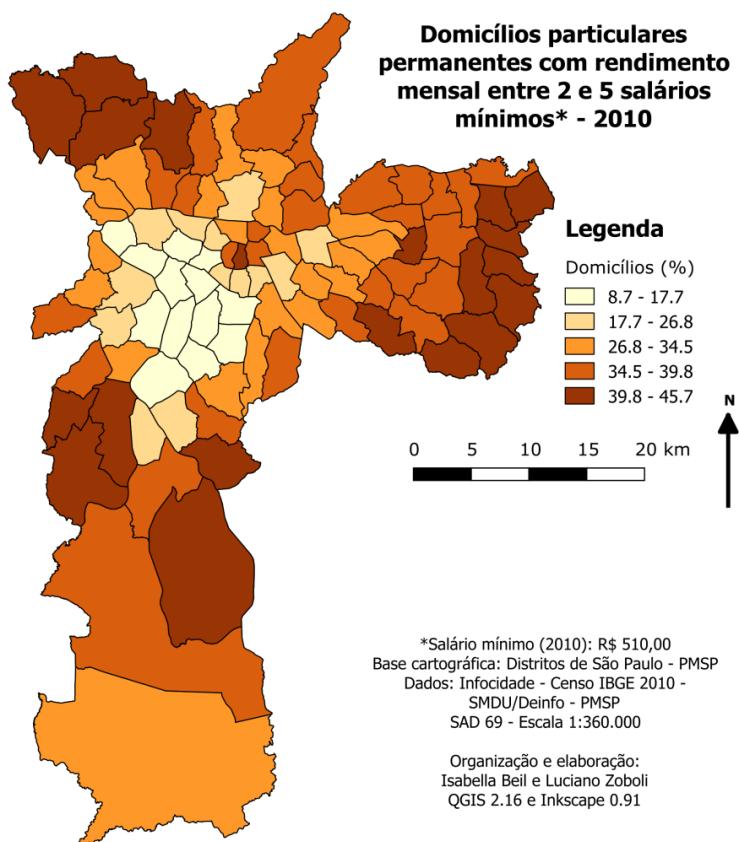
**Mapa 10 - Domicílios com renda entre 1/2 e 1 salário mínimo**



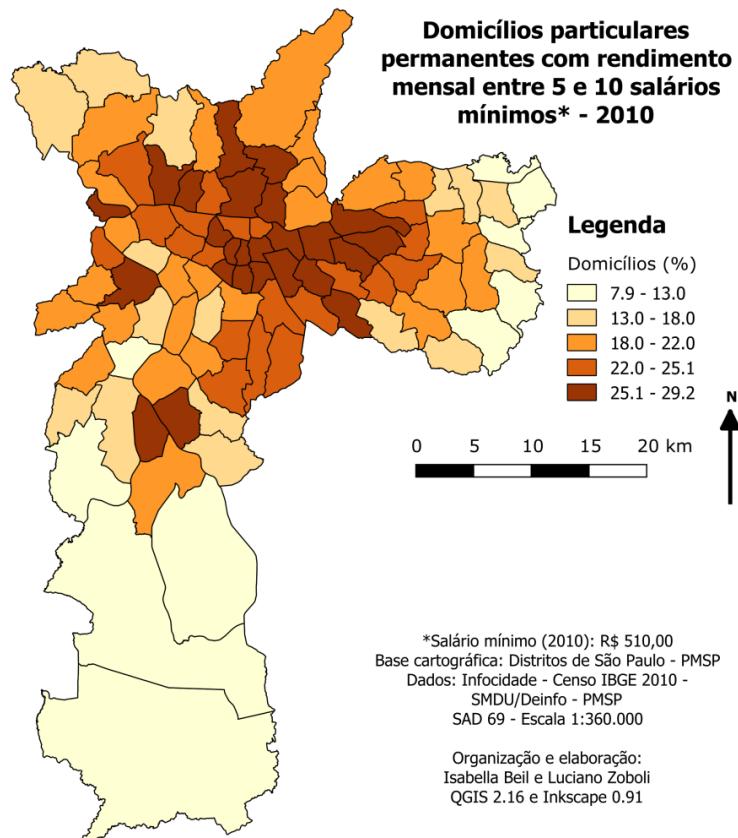
**Mapa 11 - Domicílios com renda entre 1 e 2 salários mínimos.**



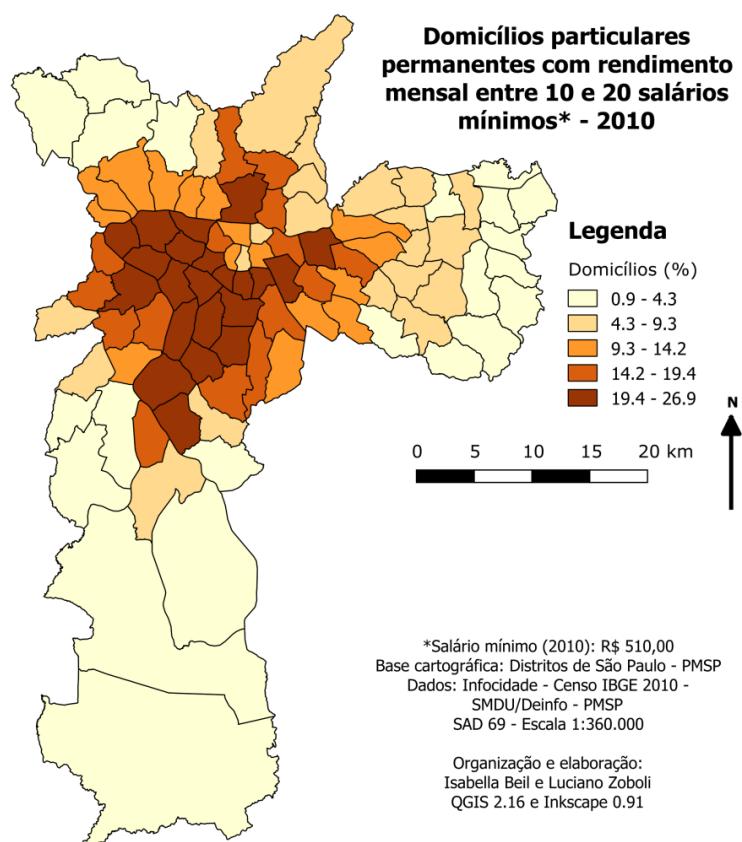
**Mapa 12 - Domicílios com renda entre 2 e 5 salários mínimos.**



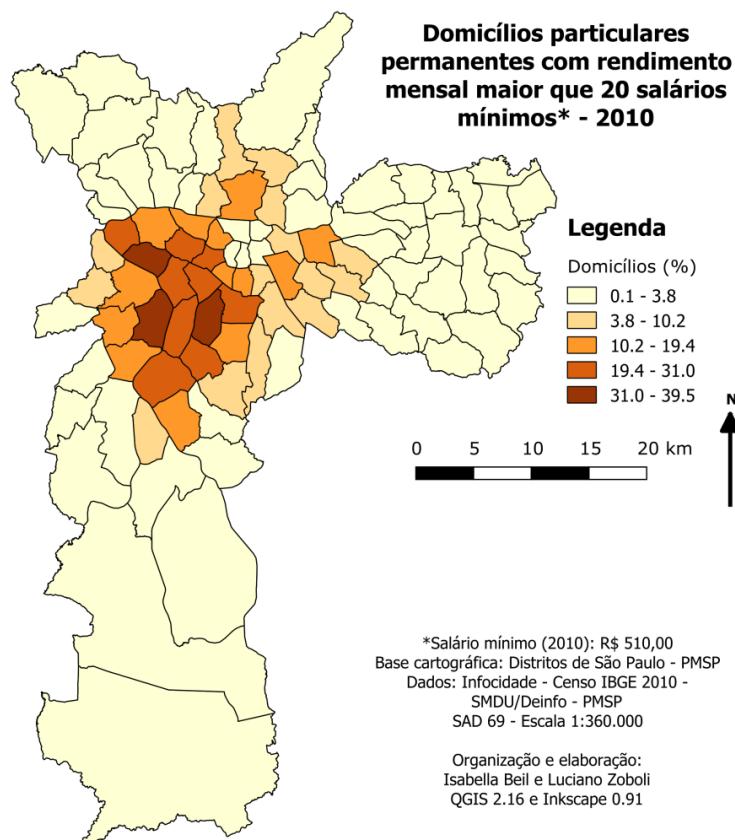
**Mapa 13 - Domicílios com renda entre 5 e 10 salários mínimos.**



**Mapa 14 - Domicílios com renda entre 10 e 20 salários mínimos.**



**Mapa 15 - Domicílios com renda maior que 20 salários mínimos.**



Nesse contexto, através das observações dos mapas, certifica-se que a localização das elites no município de São Paulo, como averiguado na bibliografia sobre o tema, se dá principalmente no quadrante sudoeste, mas também nas áreas centrais, como na Consolação, Santa Cecília, Bela Vista e Liberdade. Consequentemente, junto à localização delas também estão os melhores índices de qualidade de vida, a maior concentração de equipamentos e a menor exposição a desconfortos. Dessa forma, apesar de um aparente desmerecimento ao centro original da cidade, pode-se concluir que ele nunca perdeu sua importância, uma vez que ainda reúne infra-estrutura fundamental para garantir uma melhor qualidade de vida em relação às periferias. Além disso, pelas observações efetuadas ficou evidente que a segregação das camadas mais ricas no setor sudoeste de São Paulo possui a capacidade de atrair equipamentos importantes e objetos de seu interesse, tornando esta região a mais amena e propícia para sua habitação, com o auxílio e parceria do setor público.

A difusão da ideia de decadência e de um centro histórico abandonado e perigoso apenas reforçou um modelo de cidade atrasada, pautada claramente em injustiça, desigualdade e segregação. Há um espaço para os ricos e um espaço para os pobres, sendo permitido aos últimos o acesso ao espaço dos mais ricos de passagem, para trabalhar. Dessa forma, o fortalecimento do centro tradicional de São Paulo e a luta pelo direito de habitá-lo em todos os seus sentidos são maneiras de exercitar e lutar por justiça espacial. É essa luta essa que será evidenciada no capítulo seguinte.

### **3 A LUTA PELO ESPAÇO URBANO**

Até este momento da pesquisa, tratamos da segregação socioespacial na escala da cidade como um todo, evidenciando alguns aspectos da mesma. Neste terceiro capítulo discutiremos o caso do distrito de Santa Cecília especificamente, para o qual foram pensados dois esquemas diferenciados de trabalhos de campo:

1. A primeira etapa do trabalho de campo foi pensada como um percurso pelos arredores do Elevado Costa e Silva, conhecido popularmente como Minhocão. A construção do Elevado marcou uma diferenciação espacial gritante, onde o distrito de Santa Cecília se caracterizou por um divisor perceptível entre seu lado noroeste, fronteira com a Barra Funda, e ao sul, fronteira com o distrito da Consolação. O objetivo do trabalho de campo foi averiguar esses contrastes, identificados pelos tipos de construções, de comércio, de infraestrutura e de circulação de pessoas, e, posteriormente, mapeá-los. A caminhada ocorreu no segundo semestre de 2016, acompanhada pelo professor e orientador desta pesquisa, Elvio Rodrigues, que sugeriu as rotas efetuadas por conta de sua familiaridade e maior conhecimento da região.
2. A segunda etapa do trabalho de campo consistiu em visitas à ocupação do antigo Hotel Lord, na Rua das Palmeiras. Foram feitas duas visitas no primeiro semestre de 2016, uma sozinha e outra também acompanhada pelo professor Elvio. O objetivo dessa segunda etapa foi averiguar a dinâmica de uma ocupação sem-teto, conversar com os coordenadores do movimento e moradores do prédio para buscar compreender o que eles têm para dizer sobre a cidade que vivem e a situação a são expostos: a falta de moradia. Em outras palavras, buscouse aliar a teoria apreendida até o momento com a realidade e o cotidiano das pessoas que sentem na pele a segregação socioespacial e a desigualdade em todas as suas dimensões. Foi selecionado esse grupo para o trabalho de campo, especificamente, por conta de sua localização central e pela tentativa de comunicação bem-sucedida.

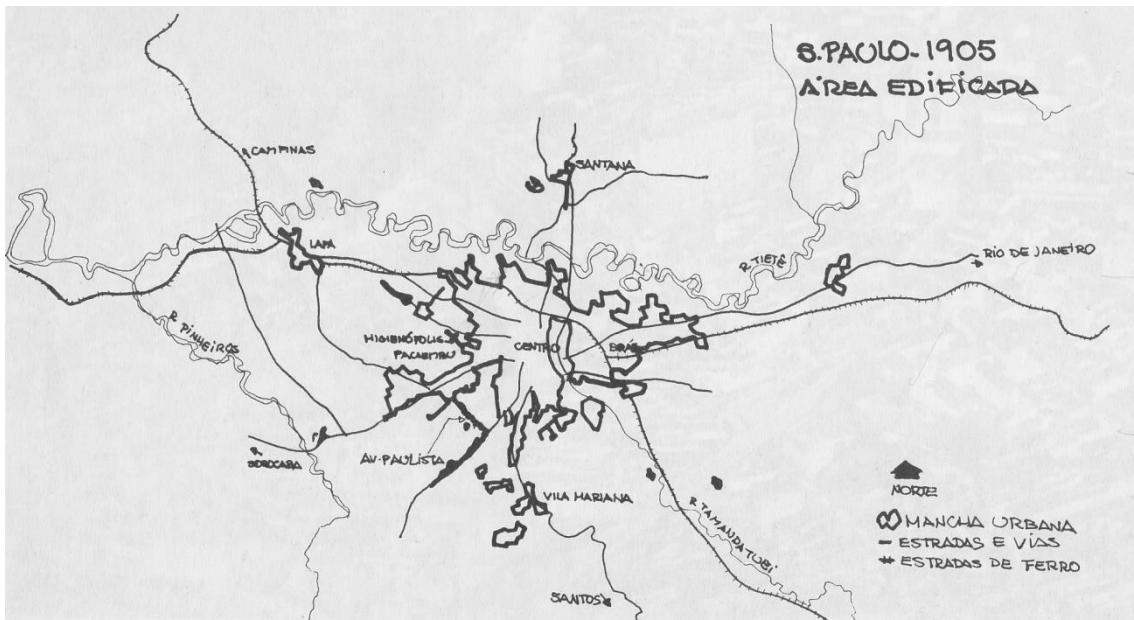
Sendo assim, essas duas etapas serão relatadas durante o desenvolvimento desse capítulo.

#### **3.1 O distrito de Santa Cecília e seus arredores**

No início do século XIX, o território no lado oeste da cidade de São Paulo depois da Praça da República, onde hoje se insere Santa Cecília, era constituído de terras praticamente vazias. Porém, duas importantes estradas que partiam do centro cortavam aquele caminho, o Caminho das Tropas, que seguia em direção ao Rio Grande do Sul, e outro que seguia rumo à

Jundiaí, passando pela Rua das Palmeiras. Tais estradas conferiam certo dinamismo à região, que atraiu um comércio que buscava atender aos transeuntes. Com a construção das ferrovias que ligavam Santos à Jundiaí, a interligação entre o interior produtor de café e os portos que escoavam as mercadorias para o mercado externo consumidor se tornou mais eficiente, transformando São Paulo no centro da província. Desse modo, os indivíduos mais abastados, donos da produção de café, transferiram suas residências para o centro, inicialmente entre a Luz e os Campos Elíseos, posteriormente se espalhando para os arredores.

**Figura 4 - Mancha urbana de São Paulo - 1905. Extraído de Macedo (1949).**

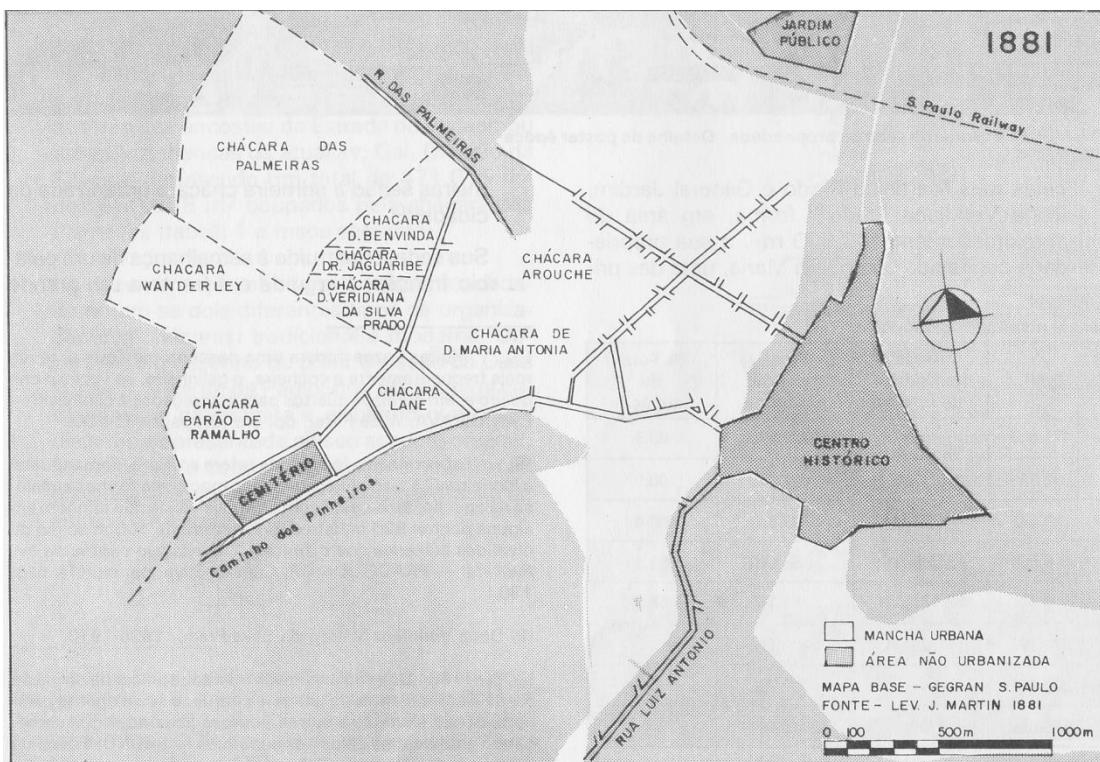


Tais famílias ricas dividiam esses terrenos centrais entre si, que recebiam o nome de chácaras. No caso da região de Santa Cecília e Higienópolis, eram chácaras mais proeminentes as de Dona Maria Antônia da Silva Ramos (1815-1902), Dona Veridiana Valéria da Silva Prado (1825-1910) e Dona Maria Angélica de Souza Queiroz Aguiar de Barros (1842-1922)<sup>10</sup>. A última, possuidora da Chácara das Palmeiras (a maior da região), loteia suas terras, sendo os menores terrenos mais próximos ao Largo de Santa Cecília e os maiores próximos à Higienópolis. Estes últimos eram alguns dos únicos da cidade a oferecer serviços de água esgoto, o que consistiu no mote principal para propagandeá-los, sendo

<sup>10</sup>Bella Paulicéia - Bairro de Higienópolis: <http://www.bellapauliceia.com.br/exibeMateria.aspx?id=52>

também mais distantes da Barra Funda, bairro ocupado predominantemente por imigrantes mais pobres. No entanto, as porções mais baixas também se tornaram áreas nobres, patrocinadas pela elite cafeeira de São Paulo, constituindo uma região relativamente homogênea no que se refere ao tipo de ocupação.

**Figura 5 - Chácaras de Santa Cecília e entornos - 1881. Extraído de Macedo (1949).**



Porém, com a chegada massiva do comércio, a elite abandona o centro histórico e passa a ocupar áreas mais afastadas, ao que se seguiu o momento que foi denominado com o de "deterioração" do centro de São Paulo. Atualmente, o perímetro limite do distrito de Santa Cecília se dá, de acordo com o site da Prefeitura de São Paulo<sup>11</sup>, pela Avenida Pacaembu, Rua Doutor Veiga Filho, Rua Jaguaribe, Rua Amaral Gurgel, Largo do Arouche, Avenida São João, Avenida Duque de Caxias, Rua Mauá, Linha CPTM/ alameda Cleveland, Viaduto Engenheiro Orlando Murgel, Avenida Rudge, Ponte da Casa Verde, Avenida Doutor Abraão Ribeiro e Viaduto Pacaembu.

<sup>11</sup> Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/se/noticias/?p=36880>. Acesso em 15 de novembro de 2016.

**Figura 6 - Perímetro do distrito de Santa Cecília.**



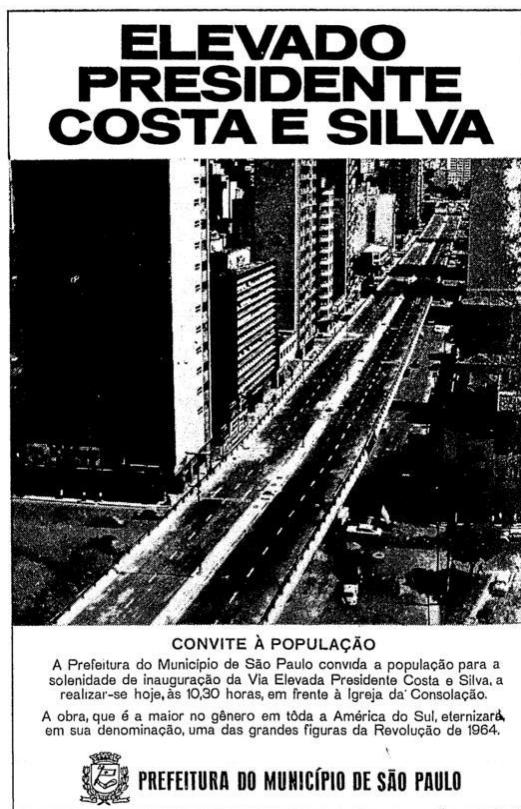
Fonte: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/se/noticias/?p=36880>

Sua fronteira a noroeste com a Barra Funda e com a Consolação, ao sul, confere ao distrito de Santa Cecília certas características peculiares. É possível afirmar que há uma área de transição entre o Elevado Costa e Silva e seus arredores até o início da Consolação, onde está localizado o bairro de Higienópolis. Como visto, o centro já foi residência da alta elite de São Paulo, que, em meados da década de 50 e 70, transferiu-se e criou novas centralidades no quadrante sudoeste da cidade. Nesse mesmo período, especificamente em 1970, a construção do Minhocão provocou algumas mudanças em Santa Cecília e seu entorno. Embora o foco da pesquisa e do trabalho de campo seja o distrito de Santa Cecília, não houve como dissociá-lo da porção de Higienópolis, pertencente ao distrito da Consolação.

Sobre o Minhocão, trata-se de uma via elevada com um percurso de 3.400 metros, ligando a região da Praça Roosevelt ao Largo Padre Péricles, em Perdizes. Foi um projeto já pensado e elaborado durante a gestão do prefeito José Vicente Faria Lima, mas só foi construído com o fomento de Paulo Maluf, durante o período militar. Levou cerca de onze

meses para a obra terminar e cerca de 40 milhões de cruzeiros foram gastos<sup>12</sup>. A construção causou um grande impacto negativo na paisagem urbana, com aumento do fluxo de carros, dos ruídos, da sujeira e da poluição. Uma edição do jornal Estadão, de 1 de dezembro de 1970, com o título "Elevado, o triste futuro da Avenida"<sup>13</sup>, mostra que os arredores da obra já sentiam seus impactos antes mesmo de sua inauguração. A reportagem inicia ressaltando a quantidade de placas com o título "vende-se" nas proximidades do Elevado naquele mesmo ano, ao que se segue: "A placa nem tem mais sentido. Os prédios estão quase todos vazios, abandonados. Quem vai querer morar aqui?"

**Figura 7 - Convite de inauguração do Elevado Costa e Silva**



Fonte: <http://www.saopauloinfoco.com.br/elevado-costa-e-silva-a-historia-e-construcao-do-minhocao-2/>.

<sup>12</sup>Disponível em: <http://www.saopauloinfoco.com.br/elevado-costa-e-silva-a-historia-e-construcao-do-minhocao-2/>. Acesso em: 18 de novembro de 2016.

<sup>13</sup>Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19701201-29342-nac-23-999-23-not/busca/Minhoc%C3%A3o>. Acesso em: 18 de novembro de 2016.

**Figura 8 - Início da construção do Elevado Costa e Silva.**



Fonte: <http://www.saopauloinfoco.com.br/elevado-costa-e-silva-a-historia-e-construcao-do-minhocao-2/>.

A reportagem traz o subtítulo "Minhocão: aqui morrem o metrô e a Avenida São João". Isso se deve porque a obra teria dificultado a construção da linha leste-oeste do metrô, que passaria pela Avenida São João, próxima à extensão do Elevado, tornando seu custo muito maior. Quando fala sobre a iluminação do local, diz-se que "talvez seja esta a última esperança dos sobreviventes às obras da via elevada na São João, para que não se repita aqui o mesmo espetáculo deprimente de outras cidades: todo o submundo do crime e da prostituição, das populações marginalizadas reunido sob o agasalho do cimento do imenso viaduto". Porém, naquele mesmo ano, a permanência de moradores de rua embaixo do Minhocão já era notável, assim como a enorme quantidade de lixo gerado e de poeira proveniente da construção, o que afastou os transeuntes e prejudicou o comércio da região. Além disso, conta-se que a pista formava uma barreira eficiente para o som dos carros que passavam na parte de baixo, concentrando-o e tornando extremamente desagradável a vivência para os moradores de andares inferiores dos prédios próximos a via. Aliados, todos esses fatores

contribuíram para a deterioração daquela porção do distrito e empobrecimento da qualidade de vida.

Assim, referenciando-se pelo Elevado, a atividade de campo objetivou constatar as diferenciações espaciais existentes em seus entornos. Percebeu-se uma grande diferenciação em relação ao comércio, onde as áreas mais próximas ao Elevado eram repletas por um comércio ambulante (principalmente em frente à Estação Santa Cecília), pequenas padarias, bares, lojas populares e imobiliárias. Subindo em direção a Higienópolis, encontra-se hortifrutis, padarias e cafés amplos, livrarias e lojas de padrão elevado. Tal comércio diferenciado, claramente, atende a públicos díspares. Contudo, apesar da suposta desvalorização do centro, ao passar em frente à uma das muitas imobiliárias em Santa Cecília foi possível observar o valor dos imóveis: aluguéis ultrapassando o valor de R\$ 2.000 e vendas de até R\$ 850.000 em um apartamento de dois quartos próximo ao metrô. Desse modo, é fácil concluir que boa parte da população de São Paulo não possui condições financeiras para arcar com tais custos.

Nesse contexto, Santa Cecília é um local que, além de sua localização central, é influenciado pelo mercado imobiliário de Higienópolis: "Por ser uma extensão do bairro de Higienópolis, Santa Cecília é uma das regiões interessantes do centro", resume Celso Amaral, diretor corporativo da Amaral d'Avila e da Geoimovel. 'Ela já tem vida'. Através dessa fala, encontrada em reportagem da Folha<sup>14</sup>, essa relação entre os bairros se evidencia, além da tendência em supor que o restante do centro constitui uma região inerte e inexpressiva, visto o uso da palavra "vida" para se referir às dinâmicas e qualidades do lado de Higienópolis.

Durante a caminhada, percebe-se um aumento gradual nos padrões conforme mais se aproxima da Avenida Higienópolis. Próximos ao prédio do Mackenzie (instituição de ensino superior privada), vê-se diversos edifícios residenciais do tipo "um por andar", onde os valores chegam facilmente a três milhões de reais. Outras mudanças notáveis foram a existência de ruas mais largas, maior presença de árvores, transformações na arquitetura (muitos prédios possuem uso de mármore em sua fachada), além de grandes varandas.

Ao mudar o percurso para sentido contrário (descendo pela Marquês de Itu), novamente vieram as alterações graduais. Ao chegar na Estação Santa Cecília já foi possível notar muitos moradores de rua e calçadas com lixo. Ao chegar na Rua das Palmeiras, onde

---

<sup>14</sup> Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/imoveis/ci0111200902.htm>. Acesso em 03 de dezembro de 2016.

localiza-se a ocupação do Lorde, percebe-se que tal padrão se mantém, porém, a facilidade de se morar perto do metrô, de diversos pontos de ônibus, com mercados próximos e comércio variado, com certeza, tornam-se fatores fundamentais para fazer de Santa Cecília um local conveniente e agradável para se morar, além de estratégico para a especulação imobiliária.

Quanto a isso, em frente ao Minhocão foi possível ver a construção de um grande empreendimento imobiliário, possivelmente à espreita das próximas considerações sobre o Elevado, visto que, de acordo com o artigo 375 do Plano Diretor Estratégico (PDE) de 2014 "Lei específica deverá ser elaborada determinando a gradual restrição ao transporte individual motorizado no Elevado Costa e Silva, definindo prazos até sua completa desativação como via de tráfego, sua demolição ou transformação, parcial ou integral em parque". Assim, caso ocorra, uma demolição causaria uma explosão especulativa na região, possivelmente gerando um processo de gentrificação, com valorização dos imóveis e substituição dos moradores atuais por moradores mais ricos (devido à elevação dos custos). Dessa maneira, uma atitude supostamente positiva de renovação de uma área degradada pode gerar resultados adversos.

Atravessando por baixo do Minhocão, seguimos caminhando pelo lado oposto à Higienópolis. Nesse momento, as transformações se mostram ainda mais impactantes, quando o número de moradores de rua aumenta demasiadamente. Observou-se também muitos galpões de fábricas vazios ou transformados em estacionamentos, além de muitas casas de padrão antigo abandonadas ou encortiçadas. O percurso seguiu atravessando novamente o Elevado e finalizou-se na Praça Marechal Deodoro.

Conclui-se que a atividade de campo cumpriu seus objetivos, permitindo um profundo reconhecimento das diferenciações espaciais presentes em uma curta distância. Reconheceu-se também os impactos que a construção do Elevado Costa e Silva gerou em Santa Cecília, acentuando a segregação. No entanto, acredita-se que sua simples demolição ou transformação em parques não causará diferenças significativas em questão à desigualdade, com a possibilidade de total assimilação da área pela elite e consequente expulsão da camada mais pobre que ainda consegue habitar em seus entornos deteriorados.

Mapa 16 - Percurso do trabalho de campo.

15

**Percorso do Trabalho de Campo - 03 de novembro de 2016**

<sup>15</sup> Os números inseridos no mapa seguem, respectivamente, a ordem das fotos seguintes.

### 3.1.1 Observações do percurso de campo

**Figura 9 - Vista do Minhocão (FOTO 1)**



Fonte: Isabella Beil, 2016.

**Figura 10 - Prédio de alto padrão na rua Itacolomi, lado Higienópolis (FOTO 2).**



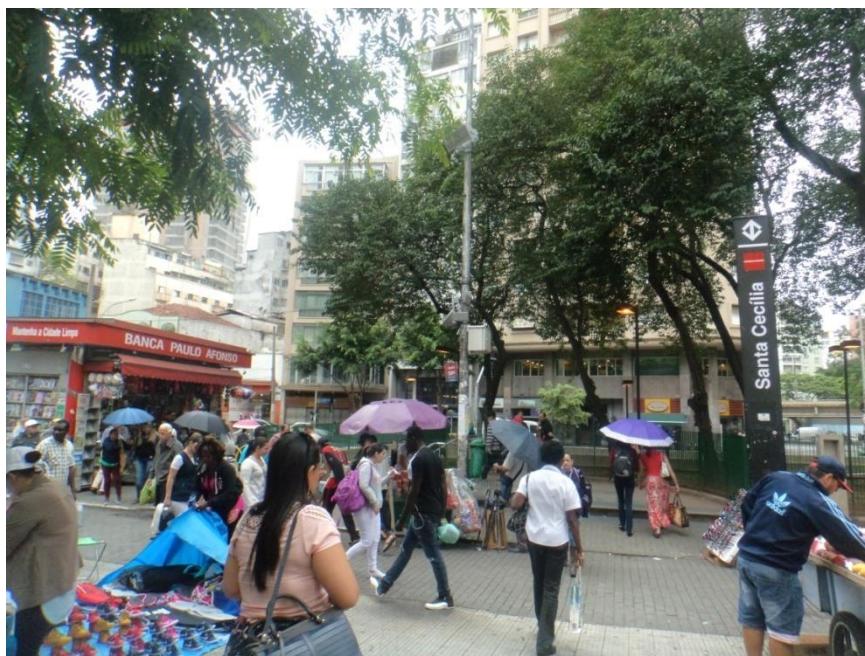
Fonte: Isabella Beil, 2016.

**Figura 11 - Fachada de mármore de prédio de alto padrão, lado Higienópolis (FOTO 3).**



Fonte: Isabella Beil, 2016.

**Figura 12 - Estação de metrô Santa Cecília (FOTO 4).**



Fonte: Isabella Beil, 2016.

**Figura 13 - Grande empreendimento em frente ao Minhocão (FOTO 5).**



Fonte: Isabella Beil, 2016.

**Figura 14 - Antigos galpões fabris, lado oposto à Higienópolis (FOTO 6).**



Fonte: Isabella Beil, 2016.

**Figura 15 - Casas antigas abandonadas, lado oposto a Higienópolis (FOTO 7).**



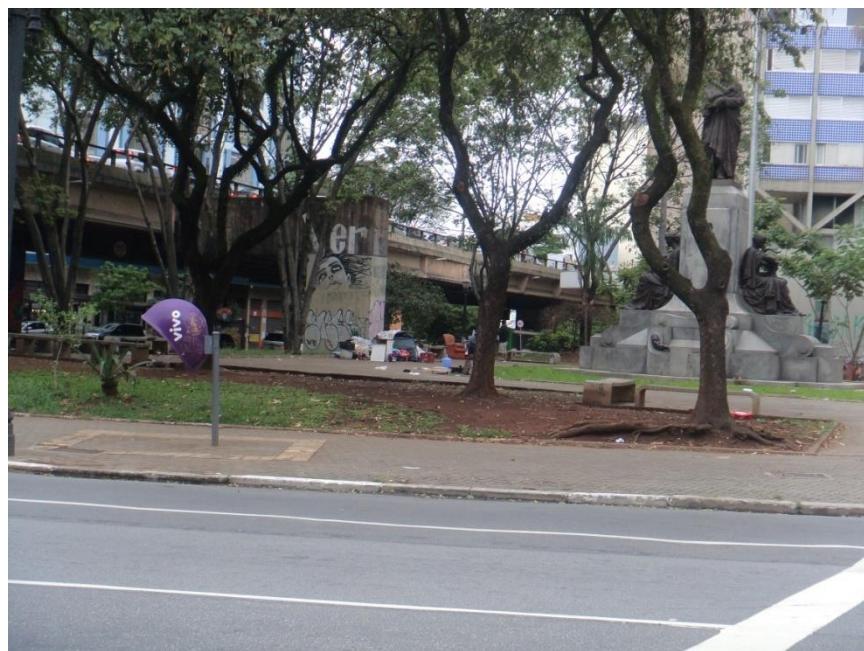
Isabella Beil, 2016.

**Figura 16 - Moradores de rua, lado oposto a Higienópolis (FOTO 8).**



Isabella Beil, 2016.

**Figura 17 - Moradores de rua na Praça Marechal Deodoro (FOTO 9).**



Isabella Beil, 2016.

**Figura 18 - Praça Marechal Deodoro antes da construção do Minhocão.**



### 3.2 A ocupação do Hotel Lorde e a atuação urbana

O chamado Hotel Lord Palace, ocupado atualmente por um grupo da Frente de Luta por Moradia (FLM), já foi um hotel de luxo e ponto de encontro da sociedade paulistana. Em 1954, começou a ser projetado pelo arquiteto Francisco Della Mana, levando quatro anos até a finalização da obra. Foi inaugurado em 28 de novembro de 1958, com doze andares, 124 apartamentos e um enorme restaurante com capacidade para 200 pessoas. O local viveu seu auge entre as décadas de 1960 e 1970, quando era frequentado por atrizes e atores da televisão, chegando a ser chamado de "casa dos artistas". Concomitante ao esvaziamento do centro urbano, o hotel entrou em declínio. Em 2004, passou a funcionar apenas como restaurante, sendo fechado totalmente em 2009 e comprado pela prefeitura, durante o mandato de Gilberto Kassab e sob a promessa de construção de moradias populares. Entretanto, o projeto não saiu do papel.

**Figura 19 - Cartão postal retratando o Hotel Lord na época de seu auge, na Rua das Palmeiras.**



Fonte: Sem autor e sem data.

O edifício está localizado na Rua das Palmeiras, na esquina com a Rua Helvética. Possui uma área total de 8.400 m<sup>2</sup> e área construída de 7.700,40 m<sup>2</sup>. Permaneceu vazio entre os anos de 2009 e 2012, quando foi ocupado pelo grupo de sem-tetos da FLM, sob a coordenação e liderança de Maria do Planalto. Hoje o grupo é oficialmente o dono do prédio, mas muita luta se passou até esse dia chegar. Maria faz parte do movimento

desde 1987 e conquistou sua casa por meio dele em 1997, em São Mateus. Desde lá, continua firme na militância e no propósito de ajudar outras pessoas a também conquistarem suas moradias e de lutar por uma cidade mais justa.

**Figura 20 - Fachado do Hotel Lorde, ocupado pela FLM.**



Fonte: Isabella Beil, 2016.

**Figura 21 - Área comum da ocupação do Hotel Lorde**



Fonte: Isabella Beil, 2016.

A FLM existe com esse nome desde 2003, tendo seu início marcado pela ocupação simultânea de três prédios na região central da cidade: o Hotel Danúbio, na rua Brigadeiro Luiz Antônio, um edifício na rua Conselheiro Nébias e o Hotel Términos, na Avenida Ipiranga. Trata-se de uma articulação entre grupos diferenciados de luta por moradia em São Paulo. De acordo com o site oficial<sup>16</sup> "a articulação dos movimentos de moradia da cidade de São Paulo em uma única frente de luta surgiu da necessidade comum entre os movimentos de uma política de ação direta que desse visibilidade à urgência de um plano habitacional digno em São Paulo". Assim, a Frente foi inicialmente integrada pelo Movimento Sem-Teto do Centro (MTSC), Fórum de Moradia e Meio Ambiente do Estado de São Paulo (Fomaesp), Fórum de Mutirões, Associação de Mutirões, Movimento Quintais e Cortiços da Região da Mooca, Movimento Terra de Nossa Gente e por quatro grupos que se uniram no Movimento Sem-Teto pela Reforma Urbana (14 de janeiro, Grupo da Água Rasa, Grupo Colorado e Setor 8). Posteriormente, juntaram-se também o Movimento de Moradia da Zona Norte e o Movimento Centro-Norte.

Conforme divulgações em veículos midiáticos online, apesar de reconhecer avanços nas leis e nos aspectos jurídicos que trabalham acerca do planejamento das cidades (como o Plano Diretor Estratégico e o Estatuto das Cidades), a Frente sabe que a luta está distante do fim, visto que a desigualdade latente em São Paulo persiste na existência de uma cidade invisível para o poder público, onde habitam os mais pobres. Mesmo ocupando espaços de participação popular, como o Conselho Municipal de Habitação<sup>17</sup> (onde Maria atua como conselheira) e o Conselho Municipal da Juventude, a voz dos movimentos de moradia é continuamente enfraquecida por outros atores politicamente mais influentes no centro urbano.

Assim sendo, a Frente de Luta se baseia em certos princípios com o intuito de guiar sua atuação no centro urbano de São Paulo<sup>18</sup>:

<sup>16</sup> Disponível em: <http://www.portalflm.com.br/luta-historico/>.

<sup>17</sup> De acordo com o site da Prefeitura: O Conselho Municipal de Habitação foi instituído pela Lei Municipal nº 13.425/02 e tem caráter consultivo, fiscalizador e deliberativo. Órgão da política habitacional da Cidade, é norteado pela idéia de paridade em relação à representação do poder público, movimentos populares por moradia e sociedade civil, assegurando espaço a todos os segmentos. Participam do Conselho sindicatos, empresários, educadores, líderes de movimentos sociais e gestores públicos.

Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/habitacao/organizacao/cmh/index.php?p=139>.

<sup>18</sup>Disponível em: <http://www.portalflm.com.br/frente-de-luta-por-moradia/principios/>. Acesso em 26 de outubro de 2016.

1. A FLM é um coletivo de luta por moradia, constituído de representação de movimentos autônomos que somam esforços para conquistar projetos habitacionais. Embora esteja assegurada a autonomia de cada movimento, seus procedimentos não podem ser incompatíveis com os princípios gerais da Frente.
2. A FLM entende que a melhora das condições de vida das famílias de baixa renda ocorrerá somente por um processo de luta popular permanente, o mais abrangente possível, com a participação intensa dessas famílias, em defesa de seus interesses econômicos, sociais e políticos.
3. Deste modo, a FLM trabalhará incansavelmente para viabilizar lutas populares, de modo mais amplo possível, em defesa de projetos habitacionais para famílias de baixa renda, mas também projetos sociais de interesse popular, Reforma Urbana, e combaterá todos os entraves que se apresentem e impeçam o desenvolvimento de uma sociedade igualitária.
4. A FLM entende que a participação popular e organização de base são o elemento-chave para melhorar as condições de vida das famílias de baixa renda, por isso dará prioridade à organização de grupos de base em diferentes pontos da cidade, regidos pela democracia interna.
5. O papel da FLM é de facilitar as lutas populares o mais abrangente possível. Entretanto, apoiará lutas específicas de movimentos organizados que sintam/tenham necessidade de travar luta localizada.
6. Todas as conquistas obtidas pela FLM serão partilhadas proporcionalmente à participação quantitativa e qualitativa de seus movimentos organizados;
7. A FLM participará de outras organizações de luta por moradia e social, visando somar esforços no sentido de fortalecer o desenvolvimento de programas habitacionais e sociais para as famílias de baixa renda.

Como já dito, a Frente foi estabelecida em 2003. Antes desse período, Maria fazia parte do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra Leste 1<sup>19</sup>, passando a atuar na

---

<sup>19</sup>O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra Leste 1 é um movimento criado em 1987 com o objetivo de garantir o direito a terra e moradia às famílias de baixa renda de parte da Zona Leste de São Paulo (veja mapa 1) e municípios da Zona Leste Metropolitana (Ferraz de Vasconcelos e Suzano) a partir das lutas intensas na década de 80 nessa região. A entidade foi formalizada em julho de 2003.

Frente de Luta desde sua fundação. Está envolvida com o grupo que vive no Lord desde 2008, tendo passado por uma ocupação na Avenida Ipiranga, de onde foram despejados. Sem opções, viveram na rua, em frente ao correio da Avenida São João, de onde também foram despejados. Maria conta que esses dias na rua foram muito difíceis. Sem o mínimo de conforto ou de salubridade, dormiam amontoados e precisavam colocar quatro madeiras e um lençol por cima de um bueiro para utilizar como banheiro, chegando a implorar para que os caminhões que lavam as ruas com água de reuso lavassem lá também. Viveram dessa forma por três meses, até o dia 28 de outubro de 2012, quando ocuparam o edifício do Lord. Maria conta que, devido a esse episódio, entre o grupo costuma-se dizer que foram "do lixo ao luxo", já que agora cada família pode ter um banheiro próprio.

Dessa maneira, sem qualquer atendimento de qualquer orgão da Prefeitura, Maria conta que tiveram que decidir entre deslocar-se para a zona leste, de onde muitos membros do grupo vieram, ou ocupar o prédio do Lord. A Prefeitura já era a dona do edifício, que já havia sido desapropriado uma vez e, por isso, em sua fachada um aviso dizia que quem ocupasse o local não teria qualquer atendimento. O grupo decidiu arriscar. Maria conta que haviam dois seguranças na porta do hotel e que foi preciso uma longa conversa explicando quem eram eles e o objetivo de pressionar o governo por meio da ocupação. Foi assim que na noite do dia 28 de novembro de 2012 o grupo passou a viver no Lord.

Segundo Maria, o grupo tentava marcar uma reunião com o secretário da habitação, Sílvio Torres, há mais de um mês, sem quaisquer avanços. Porém, no dia seguinte ao da ocupação, por volta das nove horas da manhã, o secretário apareceu pessoalmente ao prédio para conversar com eles. Um movimento por moradia trabalha com inúmeras instâncias, sendo a ocupação a última delas. Assim, depois de tentar conversar e negociar de diversas formas, sem sucesso, a ocupação surge como uma maneira bastante eficaz de pressão para que o grupo consiga ter voz e mostrar sua força política. Villaça (2012) colabora com essa interpretação quando afirma que o maior problema no Brasil não é a pobreza, mas sim a desigualdade de poder político, atrelada à desigualdade de poder econômico. Como já foi dito anteriormente e agora testemunhado através do trabalho de campo, é a camada mais rica da cidade que decide seus rumos. Para os mais pobres, trabalhadores sem-teto de São Paulo, restam outras

estratégias para que consigam ser vistos e ouvidos, sendo a atuação por meio dos movimentos sociais e por meio das ocupações um caminho persuasivo e impactante.

Ocupar terras e imóveis vazios, no entanto, não é bem visto por algumas pessoas. Boa parte dessa ideia preconceituosa acerca dos movimentos por moradia advém da mídia sensacionalista, que explora a imagem dos grupos como "invasores" da propriedade alheia. Não é difícil escutar esse discurso nos grandes veículos de informação. Embora na televisão ele exista com bastante intensidade, é na mídia online que se torna possível averiguar o retorno dos indivíduos. Basta se conectar à qualquer página online de um jornal e "descer" até a sessão de comentários. Seria correto dizer que é lamentável que haja tão pouca solidariedade, contudo, isso esbarraria em um discurso de moral que não convém no momento. O que surpreende é que não haja ânsia por conhecer mais sobre essa realidade ou qualquer desconfiança de que, quem possui onde morar, não se expõe dessa forma à violência do preconceito, violência da negligência estatal e, possivelmente, violência policial. Sendo assim, o uso de termos pejorativos para classificar os trabalhadores sem-teto como "aproveitadores" são comuns. No mais, ainda há a predominância do velho discurso meritocrático que, além de minimizar a luta do movimento, contribui para a perpetuação da desigualdade, uma vez que ignora que em nossa sociedade os indivíduos não possuem todas as mesmas condições de partida.

Também é grande o desconhecimento sobre quem são as pessoas que integram os movimentos por moradia. Como nos lembra Boulos (2012) é comum o equívoco em confundir os indivíduos sem-teto com moradores de rua. Segundo o autor, esses últimos são aqueles que já chegaram ao limite da degradação causada pela falta de moradia e de condições adequadas de vida, sobrevivendo por meio de mendicância, na extrema miséria e sem articulação por meio de movimentos sociais entre si. Já o que a experiência do trabalho de campo trouxe foi uma maioria de indivíduos que possuem um emprego, mesmo que informal e sem direitos assegurados, mas que sofriam imensamente com os altos aluguéis, deixando de consumir o básico para sua sobrevivência por conta do ônus causado. Além, é claro, do déficit habitacional quantitativo, que se refere à quantidade de pessoas sem lugar para morar, há o déficit qualitativo. Este se trata da falta de infraestrutura, de serviços básicos como água, esgoto e coleta de lixo e também da precária rede de transportes, que faz com que os

mais pobres sejam dominados por um tempo de deslocamento incoerente entre suas casas e seus trabalhos.

Nessa perspectiva, o problema da carência habitacional no Brasil não é exatamente a falta de casas, mas sim o alto valor que se dá ao direito de propriedade:

Entender a moradia como direito significa pensá-la a partir da necessidade e do uso. Ao contrário, a lógica capitalista dominante trata a moradia - e todos os "direitos" sociais - a partir do valor medido em dinheiro, o valor de troca. Para o capital, pouco importa se há gente precisando de moradia, importa se há quem possa pagar por ela e trazer lucros às construtoras e donos da terra(BOULOS, 2012, p. 18).

No segundo capítulo exploramos o funcionamento da lógica do mercado imobiliário, por meio da especulação de terrenos e imóveis em localizações centrais. Assim, reconhece-se que a valorização imobiliária está intrincada nas bases da segregação socioespacial. No entanto, de acordo com o Artigo 6º da Constituição Federal do Brasil<sup>20</sup>, todo cidadão tem o direito à moradia digna. Neste ponto encontra-se uma situação extremamente contraditória e de difícil resolução: se a moradia é um direito, figurado na Constituição, ela deveria ser assegurada pelo Estado a todos igualitariamente. Não é surpresa constatar que isso não ocorre e que a noção de direito possui uma conotação diferenciada para diferentes grupos sociais. Contudo, em uma sociedade capitalista, umas das funções do Estado também é a de assegurar o direito de propriedade, ou seja, hoje os indivíduos possuem coisas porque elas são juridicamente suas, garantidas por esse mesmo Estado. Em outras palavras, o Estado garante a mercadoria, garante a posse e garante o capital. Sendo o solo urbano caracterizado por essa sociedade segundo as leis capitalistas que priorizam o lucro, ele também se torna uma mercadoria, transformando a cidade em um campo de investimento.

Seguindo por esse mesmo raciocínio, conclui-se que o Estado necessita trabalhar em duas frentes distintas e contraditórias. No entanto, relembrando a desigualdade política existente entre os mais pobres e os mais ricos, medida através do poder econômico, fica evidente o lado que vence esse conflito. Segundo Maria, essa situação se mostra claramente em seus esforços na Frente de Luta e no Lord. Diz que vê todos os dias a falta de vontade política em atender a população de baixa renda, sendo bastante trabalhosa a simples comunicação entre o movimento e os órgãos do governo, como

---

<sup>20</sup>Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10641309/artigo-6-da-constituicao-federal-de-1988>. Acessado em 27 de outubro de 2016.

exemplificou em suas tentativas de contatar o secretário Sílvio Torres. Maria afirmou estar ciente da rapidez com que se constroem os edifícios das grandes empreiteiras e das alianças envolvendo desvio de dinheiro em relação ao Estado e às grandes obras. Com isso, enfatiza que não há empenho político quando se trata da população mais pobre, sempre relegada ao segundo plano e cada vez mais afastada dos centros urbanos.

Sobre esse assunto, Mascaro (2002) contribui ao abordar os escritos de Marx e Engels em a "*Origem da família, da propriedade privada e do Estado*", trazendo que a relação entre a sociedade e o Estado não ocorre pela força do Estado moldando a sociedade em primeira instância, mas que, antes de tudo, o ser social do homem e as relações produtivas são quem produzem a força estatal:

O Estado não é, pois, de modo algum, um poder que se impôs à sociedade de fora para dentro [...]. É antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da 'ordem'. Este poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais, é o Estado (MARX E ENGELS, 1997, p.153 *apud* MASCARO, 2002, p.112).

O Estado nasceria das contradições da sociedade, não sendo, assim, a solução para elas, mas, na verdade, um possível perpetuador dessas contradições, uma vez que foi criado pelos homens e é administrado por eles dentro de sistema de reprodução social específico:

Como o Estado nasceu da necessidade de combater o antagonismo de classes, e como, ao mesmo tempo, nasceu do conflito delas, é, por regra geral, o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, se converte também em classe politicamente dominante e adquire novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida. Assim, o Estado antigo foi, sobretudo, o Estado dos senhores de escravos para manter os escravos subjugados; o Estado feudal foi o orgão de que se valeu a nobreza para manter a sujeição dos servos e camponeses dependentes; e o moderno Estado representativo é o instrumento de que serve o capital para explorar o trabalho assalariado. (...) Além disso, na maior parte dos Estados históricos, os direitos concedidos aos cidadãos são regulados de acordo com as posses dos referidos cidadãos, pelo que se evidencia ser o Estado um organismo para a proteção dos que possuem contra os que não possuem (MARX E ENGELS, 1997, p. 137 *apud* MASCARO, 2002, 113).

Sendo assim, conforme Mascaroo Estado está longe de ser uma entidade neutra, à disposição de todos e trabalhando pelo bem comum. Ele pertence, na verdade, à uma classe dominante que, por meio de suas leis, garante seus privilégios e a perpetuação de um espaço segregado e desigual. Embora não tenha como negar o auxílio que certos programas sociais, como o "Minha Casa, Minha Vida" (MCMV) prestaram, e prestam, à população mais pobre, é preciso analisar com mais detalhamento essa situação.

No Brasil, apenas dois programas habitacionais se destacaram. O primeiro foi o programa do Banco Nacional de Habitação (BNH), lançado durante o período da ditadura militar. Tinha como função realizar operações de crédito imobiliário e funcionava, basicamente, como um banco privado. Porém, com um subsídio muito baixo e as prestações muita altas, dificultava-se o acesso da população mais pobre. Segundo Boulos (2012) apenas 25% das cinco milhões de casas financiadas pelo programa foram destinadas a famílias com renda menor que cinco salários mínimos. Pode-se concluir que, de modo geral, o BNH não se tratou de um projeto de habitação para a camada de baixa renda, que consiste na maior porção e onde essa necessidade é mais premente.

O segundo foi o MCMV, durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2009. Surgiu em um contexto em que o mundo, alguns lugares mais, outros menos, sentia os impactos da crise de 2008 iniciada nos Estados Unidos. Conforme Boulos (2012), o MCMV foi planejado para fomentar o mercado imobiliário em risco no Brasil com a concessão de R\$ 34 bilhões de recursos públicos para as empresas privadas. Assim, as empreiteiras puderam construir e manter suas atividades à todo vapor. O próximo passo consistiu na apresentação dos compradores, também feita pelo governo: na época, o então presidente Lula propagandearia o programa como uma suposta reconciliação entre o capital e o trabalho, atendendo os interesses dos dois lados. No entanto, como já visto, tais interesses não se harmonizam.

De acordo com Rolnik<sup>21</sup> (2010) pode-se dizer que um grande êxito do programa foi a inédita provisão de moradia para famílias com renda menor que três salários mínimos. Ao ser lançado, o MCMV tinha o objetivo de construir um milhão de moradias populares e foi dividido em três grupos:

---

<sup>21</sup> Disponível em: <https://raquelrolnik.wordpress.com/2010/06/17/o-programa-minha-casa-minha-vida-esta-avancando-mas-apresenta-alguns-problemas/>. Acesso em 15 de novembro de 2016.

- O primeiro grupo era composto pela faixa populacional correspondente à renda familiar entre zero e três salários mínimos, para o qual seriam destinadas 400 mil unidades;
- o segundo era aquele com renda entre três e seis salários mínimos, também sendo destinadas 400 mil unidades
- e, por último, o terceiro grupo, com faixa salarial entre seis e dez salários para o qual seriam destinadas 200 mil unidades, completando a meta de um milhão.

Entretanto, é necessário atentar-se ao fato de que mais de 80% do déficit habitacional no Brasil está concentrado no primeiro grupo, composto pela população com menos de três salários mínimos. Dessa forma, de acordo com o boletim do programa, no primeiro ano foram contratados 408 mil imóveis, dos quais 200 mil unidades se destinaram ao grupo um. Contudo, a quase totalidade dessas unidades foram construídas em regiões e cidades onde o déficit habitacional é menor, ou seja, fora das grandes capitais. Em São Paulo, onde existe uma enorme demanda de moradias por essa faixa populacional, o programa atuou atendendo, praticamente, apenas o grupo 2, com a construção de moradias nas periferias da cidade. Esse fato se explica pelo alto custo dos terrenos em regiões centrais, sendo muito difícil construir unidades com valor entre R\$ 50 mil e R\$ 60 mil, fixados para o grupo de renda mais baixa. Com isso conclui-se que o programa não facilitou a moradia popular nos centros urbanos e também foi incapaz de atender a demanda dos mais necessitados.

Em adição, as casas foram construídas segundo os critérios das empreiteiras, em terrenos mais baratos e com tamanhos reduzidos (parâmetro de 32 m<sup>2</sup>), podendo, assim, construir mais imóveis em um mesmo espaço, sempre visando o lucro. Raquel Rolnik aponta para o problema exemplificando com um caso estarrecedor na cidade de Santa Luzia, no interior do Estado do Maranhão<sup>22</sup>, onde casas do programa MCMV foram construídas ao lado de um lixão.

Dessa maneira, a maior parte dos imóveis é construída em áreas afastadas dos grandes centros urbanos e, muitas vezes, sob condições precárias. Constatase que o programa não foi elaborado para encarar as especificidades de uma capital como São

---

<sup>22</sup> Disponível em: <https://raquelrolnik.wordpress.com/2012/04/12/moradia-popular-no-lixo-imagens-de-um-brasil-que-precisamos-encarar/>. Acesso em 12 de outubro de 2016.

Paulo, já que a produção de moradias está desvinculada de um projeto sério de qualificação e gerenciamento dos terrenos urbanos. Mais uma vez, o mercado imobiliário ultrapassa os interesses populares.

Outro caso que delimita muito bem essa situação é o exame dos dados referentes ao Índice Gini, que mede a desigualdade de renda nos países. Os dados do final do ano de 2015<sup>23</sup> apontam que a desigualdade diminuiu no Brasil, mas aumentou consideravelmente na região sudeste, onde estão localizadas as maiores metrópoles do país. Para o efeito da diminuição é possível indicar o aumento real do salário mínimo, os esforços de formalização do mercado de trabalho e programas de transferência direta de renda, como o Bolsa Família, durante o governo de Lula. Porém, as medidas do ex-presidente agiram de modos controversos nos centros urbanos quando decidiu-se apostar "numa estratégia de indução dos crescimento econômico, sem traumas ou rupturas, para o fortalecimento do capitalismo brasileiro com ascensão social dos mais pobres" (BOULOS, 2015, p.10).

Houve um forte estímulo de crédito para a construção e o financiamento imobiliário desde 2005 no Brasil, além dos investimentos públicos que transformaram a paisagem urbana. Esses fatores, quando vistos por si mesmos, compõem grandes ganhos sociais, mas, no entanto, o processo não foi monitorado por qualquer regulação pública. A terra urbana se valorizou e a especulação imobiliária se fortaleceu, com aumento de 220% para o metro quadrado em São Paulo entre 2008 e 2015, aumento de 100% no valor dos aluguéis e aumento do custo de vida em geral (BOULOS, 2012, p.15). Tudo isso repercutiu na expulsão dos mais pobres para áreas ainda mais periféricas da cidade. De um lado houveram projetos muito interessantes para a satisfação das necessidades populares. Do outro, o intuito do governo em não se indispor com o mercado imobiliário trouxe efeitos devastadores para os anos seguintes. Assim, o MCMV buscava solucionar uma parte da questão, enquanto outra era criada. Não é surpresa constatar que o número de sem-tetos aumentou e o número de ocupações na cidade de São Paulo também.

O grupo do Hotel Lord enfrentou as dificuldades do programa: Maria conta que tudo é muito bom e funciona adequadamente na teoria. Na prática encontrou muita

---

<sup>23</sup> Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/11/1705824-desigualdade-cai-em-2014-com-alta-de-renda-dos-mais-pobres-diz-ibge.shtml>. Acesso em 12 de outubro de 2016.

burocracia, confusão e percebeu muita coisa errada. Contudo, a despeito dos obstáculos, o grupo conseguiu transformar o prédio em moradia popular através do "Minha Casa, Minha Vida - Entidades":

O Programa Minha Casa, Minha Vida – Entidades, foi criado em 2009, com o objetivo de tornar a moradia acessível às famílias organizadas por meio de cooperativas habitacionais, associações e demais entidades privadas sem fins lucrativos.

O programa, ligado à Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades, é dirigido a famílias de renda familiar mensal bruta de até R\$ 1.600,00 e estimula o cooperativismo e a participação da população como protagonista na solução dos seus problemas habitacionais.

O processo de escolha das famílias deve ser transparente, sendo obrigatória a publicização dos critérios de seleção nos meios de comunicação do Município. Para participar do Programa, a entidade precisa estar previamente habilitada pelo Ministério das Cidades e a proposta deve ser selecionada, após a análise e aprovação dos projetos pela CAIXA<sup>24</sup>.

Desse modo, as associações e cooperativas de moradores se inscrevem e elaboram um projeto de envio para o programa. Rolnik<sup>25</sup> explica que são as próprias cooperativas que compram os terrenos e contratam as construtoras, após a aprovação do projeto, podendo, muitas vezes, a obra ser realizada através de mutirões. Essa categoria do programa é destinada ao grupo de renda um, de até três salários mínimos. A urbanista ainda aponta que com esse modo de funcionamento da modalidade, onde o andamento do processo é gerido pelas associações e cooperativas sociais, é possível, com os mesmos recursos, que os projetos sejam de melhor qualidade. Para participar, é preciso aguardar a abertura de editais divulgados pelo Ministério das Cidades em conjunto com a Caixa Econômica Federal.

No dia 26 de outubro de 2015 o grupo do Lord se reuniu em assembleia no saguão do hotel para comemorar a vitória e a conquista de suas moradias:

---

<sup>24</sup>Disponível em: [http://www1.caixa.gov.br/gov/gov\\_social/municipal/programas\\_habitacao/entidades/entidades.asp](http://www1.caixa.gov.br/gov/gov_social/municipal/programas_habitacao/entidades/entidades.asp). Acesso em 13 de outubro de 2016.

<sup>25</sup> Disponível em: <https://raquelrolnik.wordpress.com/2016/05/18/em-tempo-o-que-esperar-do-novo-ministerio-das-cidades-2/>: Acesso em 13 de outubro de 2016.

**Figura 22 - Comemoração de conquista do prédio do Hotel Lorde, 2015.**



Fonte:

<https://www.facebook.com/lutamoradia.frentedelutapormoradia/photos/a.739814186162768.1073741858.525463064264549/739918026152384/?type=3&theater>.

Depois disso, as famílias sairão do prédio que entrará em reforma. Até o momento do trabalho de campo Maria ainda não sabia dizer onde as famílias seriam alocadas até a finalização da obra, assunto que seria discutido em reunião com a Prefeitura. Atualmente vivem 320 famílias no edifício, ou 964 pessoas, número acima de sua capacidade. O projeto de reforma prevê a instalação de 176 famílias. Maria conta que o critério de seleção consiste na luta de cada um dentro do movimento. Diz que não há garantias de que se consiga uma habitação apenas morando em uma ocupação, é preciso participar ativamente do grupo através das reuniões semanais, assembleias gerais, atos e passeatas. Maria complementa afirmando que dentro de um movimento por moradia a única promessa é a promessa de uma luta:

Muitas vezes, esse exercício de decisão coletiva produz um resultado duradouro, ao formar novos militantes para a luta dos trabalhadores no Brasil. São aqueles que, com esta experiência, perceberam que podem lutar para decidir também os rumos da sociedade em que vivem (BOULOS, 2012, p.65).

**Figura 23 - Antiga recepção do Hotel, hoje escritório da coordenadora do movimento, Maria do Planalto.**



Fonte: Isabella Beil, 2016.

Existe todo um conjunto de regras que colaboram no bom funcionamento de uma ocupação. Quando alguma pessoa chega bêbada, não entra no prédio. Maria conta que o procedimento é impedir a entrada, muitas vezes, por mais de um dia, já que esse tipo de situação pode desenvolver outras, como brigas familiares. Caso seja algo recorrente, o caso é votado em assembleia e é possível que haja um requisito para que toda a família deixe o edifício. Qualquer pessoa que é pega utilizando qualquer tipo de droga é expulsa da ocupação imediatamente. Maria relata que o uso de entorpecentes destrói a organização do grupo e também gera outros problemas. Todas as crianças precisam estar matriculadas em escolas e, quem não possui emprego, é encarregado pela limpeza do local, recebendo uma ajuda de custo arrecadada de cada família. Além disso, há uma contribuição necessária para a manutenção do prédio e pagamento de contas.

Maria diz que na periferia o acesso aos serviços públicos é muito complicado, porém, morando em Santa Cecília, há escola, creches, cursos gratuitos e transporte de qualidade, tudo que contribuiu para que muita gente melhorasse de vida. Conta que quando chegaram ao prédio havia muita gente desempregada, situação que já se transformou drasticamente. Além da quantidade de pessoas que antes eram analfabetas e puderam voltar a estudar. Maria atesta que morar no centro constitui uma mudança fundamental a vida dos mais pobres e, por isso, ela luta por esse direito. Assim, com o intermédio dessas regras, a militante garante que o movimento é muito bem organizado. Maria é a coordenadora geral, mas existem outras, todas mulheres, apenas um homem.

Ela conta que de dois em dois meses há um curso de formação para as mulheres que desejarem colaborar na gestão da ocupação. Relata que via muitos casos de mulheres totalmente submissas a maridos violentos e que aproveita a união que o movimento por moradia traz ao grupo para trabalhar no empoderamento destas.

Ocupar, consiste, portanto, em fazer a lei se cumprir, uma vez que consta na Constituição Federal a obrigatoriedade do cumprimento da função social da propriedade. Isso significa que toda propriedade deve ter algum uso, ou seja, os imóveis desocupados há um considerável período de tempo atuam de maneira ilegal nas cidades. O novo Plano Diretor Estratégico de 2014 surgiu com algumas tentativas de frear essa ação do mercado imobiliário na cidade, com mecanismos como o IPTU progressivo no tempo. Contudo, de acordo com Boulos<sup>26</sup> há uma imensa dificuldade em fazer com que esses mecanismos funcionem, uma vez as grandes construtoras responsáveis pela especulação urbana financiam boa parte das campanhas eleitorais. Essa aliança é apontada pelo autor como um dos maiores problemas em questão às dificuldades de se fazer cumprir a lei e tornar o espaço menos segregado e desigual.

---

<sup>26</sup> Disponível em: [http://brasil.elpais.com/brasil/2014/01/27/politica/1390859331\\_258001.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2014/01/27/politica/1390859331_258001.html).

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em seu livro "Mal-estar, Sofrimento e Sintoma" (2015), o psicanalista Christian Dunker analisa um fenômeno que chamou de "vida em forma de condomínio", tendo o início datado por ele como 1970. Segundo o autor<sup>27</sup>, essa forma de vida significa "uma maneira de organizar o desejo, a linguagem e o trabalho em torno de um determinado mal-estar", surgido pela percepção de um espaço público violento e perigoso. Assim, o imóvel, símbolo da conquista econômica e capital social, adquirido por uma camada da sociedade com certo poder aquisitivo em comum, forma uma junção de indivíduos que partilham inseguranças e monopólios, que, por sua vez, tornam-se um estilo de vida materializado nos condomínios fechados e composto por um raciocínio peculiar.

Cabe lembrar que um condomínio é definido pela existência de muros ao seu redor, que conferem, conforme Dunker, não apenas a sensação de segurança, mas de exclusividade. Desse modo, o autor prossegue afirmando que o condomínio não é apenas físico, mas passou a ser uma maneira geral de tratar todos os departamentos da vida, como na política, por exemplo, onde certos "muros" nos fazem diferentes, exclusivos e nos protegem daqueles que ali não se inserem. Segundo ele, essa reflexão permitiu compreender em seu trabalho de psicanalista como ocorria os modos de sofrimento de boa parte da população: Levanta-se a hipótese de que há algo intrusivo, que deseja desestabilizar o equilíbrio de nossas vidas e fazer parte de um lugar que não lhe pertence. Este algo pode dispor de naturezas diferenciadas, mas em sociedade ele pode ser identificado como o negro, o pobre, o homossexual, determinado partido, entre outros. Assim, a felicidade será reconquistada com a exclusão desse elemento e fazendo parte de "condomínios", que criam uma vida de "iguais".

Nesse contexto, a maneira de tratar esses sintomas sociais é baseada em "mais muros e mais leis (ou muros mais altos leis mais duras)". Pautado nas mudanças políticas nos últimos anos no Brasil, com muitos projetos de cunho popular, surgiu o que Dunker classifica como ressentimento de classe:

---

<sup>27</sup> DUNKER. C. Ressentimento de classe. Le Monde Diplomatique, São Paulo, p.4, agosto de 2015.

"A expressiva alteração de padrões de ganho e consumo que ocasionaram a passagem de milhões de pessoas da miséria faminta para a pobreza e da pobreza para a nova classe trabalhadora não se fizeram acompanhar de uma alteração na distribuição dos bens simbólicos culturais e sociais. Lembremos que durante esses anos de crescimento, pela curva de Gini e confirmando a teoria de Thomas Piketty, os pobres ficaram mais ricos, mas os ricos ficaram ainda mais ricos".

Nesse contexto, cabe dizer que uma ascensão de classe na sociedade constitui uma diminuição no sofrimento e um aumento no bem-estar. Contudo, qualquer possibilidade de queda gera medo e insegurança. Contra essa ameaça, mobilizamos mais uma vez o raciocínio de condomínio, nos impondo identitariamente como o que acreditamos ser, causando "uma espécie de redução do tamanho do mundo correlativa ao engrandecimento do eu". Surgem, assim, as oposições mais simples da sociedade, como homens e mulheres, negros e brancos, ricos e pobres, diferenciações básicas entre o que eu "penso" ser e o que coloco como diferente de mim em um sentido de ameaça, da qual necessito estar na defensiva.

Boulos (2015) trilha um caminho similar a esse entendimento, quando afirma que durante os últimos anos do governo petista buscou-se resolver os problemas da sociedade evitando discutir os conflitos políticos e sociais, como se fosse possível atender todos os lados da sociedade, todos os "condomínios", dissimulando a existência de uma estabilidade. No entanto, as consequências se pautaram em uma despolitização, onde a simples ascensão social pelo aumento da renda e do consumo criou consumidores que temem não o ser mais. Cresceu o discurso individualista e meritocrático, o que justifica, segundo o autor, que haja um forte discurso antipetista entre beneficiários do Programa Universidade para Todos (ProUni).

O que constata-se é que não houve a percepção de que são os "condomínios", eles mesmos, os perpetuadores da violência e de tantas outras questões sociais. Em outras palavras, não surgiu um entendimento político de que a segregação socioespacial não é somente uma divisão de classes no espaço, mas um instrumento de controle deste que perpetua determinadas relações:

"Excluir do urbano grupos, classes, indivíduos, implica também excluí-los da civilização, até mesmo da sociedade. O direito à cidade legitima a recusa de se deixar afastar da realidade urbana por uma organização discriminatória, segregadora. Esse direito do cidadão (se se quiser falar assim: do "homem") anuncia a inevitável crise dos centros estabelecidos sobre a segregação e que a estabelecem: centros de decisão, de riqueza, de poder, de informação, de conhecimento, que lançam para os espaços periféricos todos os que não participam dos privilégios políticos" (LEFEBVRE, 2014, p.44).

Desse modo, pode-se concluir que a pesquisa cumpriu seus objetivos, testemunhando que as questões espaciais devem ser debatidas no interior da compreensão de um espaço essencialmente político e orientado para determinados fins. Os movimentos sociais correspondem a mecanismos eficazes nesse debate, sendo constantemente escamoteados, mas lutando por um espaço seu por direito. Espera-se que o esforço aqui empreendido venha a colaborar na obstinação de tal debate, ainda longe de seu fim.

## 5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AB'SABER. **Pierre Monbeig:** a herança intelectual de um geógrafo. Estudos avançados, vol. 8, 1994. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40141994000300024](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141994000300024)>.
- BLAY, E. **Eu não tenho onde morar:** Vilas operárias na cidade de São Paulo. São Paulo: Nobel, 1985.
- BOULOS, G. **De que lado você está?** Reflexões sobre a conjuntura política e urbana no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2015.
- BOULOS, G. **Por que ocupamos?** Uma introdução à luta dos sem-teto. São Paulo: Scortecci, 2012.
- CAMPOS FILHO, Cândido Malta. **Cidades brasileiras:** seu controle ou o caos. 4 ed. São Paulo: Studio Nobel, 2001
- CASTELLS, Manuel. **A Questão Urbana.** São Paulo: Editora Paz e Terra, 1983.  
 \_\_\_\_\_. Problemas de investigação em sociologia urbana. São Paulo: Editora Presença, 1979.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. O Consumo do Espaço. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (orgs). **Novos Caminhos da Geografia.** São Paulo: Editora Contexto, 1999.
- CORRÊA, R. **O Espaço Urbano.** São Paulo: Ática, 1993.
- DEÁK, C.; SHIFFER, S. **O processo de urbanização no Brasil.** São Paulo: Edusp, 1999.
- DUNKER, C. **Ressentimento de classe.** Le Monde Diplomatique, São Paulo, p.4, agosto de 2015.
- GOTTIDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano.** São Paulo: Edusp, 1997.
- KOWARICK, L. **A espoliação urbana.** São Paulo: Editora Paz e Terra, 1980.  
 \_\_\_\_\_, L. **Viver em risco.** Sobre a vulnerabilidade econômica e social. São Paulo: Editora 34, 2009.
- LA BLACHE, P. Princípios da Geografia Humana. Lisboa: Editora Cosmos, 1954.
- LEFEBVRE, H. **A Revolução Urbana.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.  
 \_\_\_\_\_, H. **Espaço e Política:** O direito à cidade II. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.  
 \_\_\_\_\_, H. **O Direito à Cidade.** São Paulo: Editora Centauro, 2001.

MACEDO, S. **Higienópolis e arredores:** processo de mutação de paisagem urbana. São Paulo: Edusp/PINI, 1949.

MARCUSE, Peter. Enclaves, sim; guetos, não: a segregação e o estado. In: **Espaço e Debates.** São Paulo: NERU. v. 24. 2004, pp. 24-33

MARICATO, E. **Habitação e cidade.** São Paulo: Atual, 1997.

MONBEIG, P., “Complexidade em geografia humana”, *O Estado de São Paulo*, 9 e 16 abr.1950.

\_\_\_\_\_. Novos **Estudos de Geografia Humana Brasileira.** São Paulo: difusão europeia do livro, 1957.

\_\_\_\_\_. O Estudo Geográfico das Cidades. Cidades. v. 1, n. 2, 2004, p. 277-314

MORAES, A. (Org.) **Ratzel.** São Paulo: Ática, 1990.

NEGRI, S. **Segregação Socio-Espacial:** alguns conceitos e análises. Coletâneas do nosso tempo. v.8, 2008, p. 129 - 153.

PEREIRA, P.;SAMPAIO, M. **Habitação em São Paulo.** *Estudos avançados*, v.17, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n48/v17n48a14.pdf>>.

PRADO, C. **A Cidade De São Paulo:** geografia e história. São Paulo: Brasiliense, 1998.

ROSS, Jurandyr Luciano Sanches. **Geomorfologia: ambiente e planejamento.** São Paulo: Contexto, 2001.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço Intra-Urbano no Brasil.** São Paulo: Studio Nobel, 2001.

\_\_\_\_\_. **Reflexões Sobre as Cidades Brasileiras.** São Paulo: Studio Nobel, 2012.

PARK, Robert. **On Social Control and Collective Behavior.** Chicago: Chicago University Press, 1967.